

La lettrice
Francesco Netti (1873)



APOSTILA DE ATUALIDADES

Abril|2026

LUMEN
— EX STUDIO, LUX —

MENTORIA
ESTRATÉGICA
PARA O CACD
*
Profª Raquel Medeiros

SUMÁRIO

TEMAS MULTILATERAIS.....	2
Segurança.....	2
Meio Ambiente e Energia.....	6
Direitos humanos, Saúde e afins	9
ECONOMIA.....	14
INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO	Erro! Indicador não definido.
RELAÇÕES BILATERAIS	24
EUA	24
Países da América Central e da América do Sul.....	29
Países africanos.....	33
Países asiáticos.....	37
Países europeus e união europeia	43
Países do Oriente Médio.....	49

TEMAS MULTILATERAIS

SEGURANÇA

6 abr

Ataque israelense em Gaza tensiona cessar-fogo. Um ataque aéreo conduzido por Forças de Defesa de Israel resultou na morte de pelo menos dez pessoas nas proximidades de uma escola que servia de abrigo para civis deslocados na Faixa de Gaza, evidenciando a persistente vulnerabilidade da população civil em zonas de conflito. O episódio ocorreu em um contexto de fragilidade do cessar-fogo mediado com apoio dos Estados Unidos, revelando as dificuldades práticas de implementação e sustentação de acordos de trégua em cenários de elevada intensidade militar. O ataque reacende debates centrais do direito internacional humanitário, especialmente no que se refere aos princípios de distinção e proporcionalidade, bem como à obrigação de proteção de instalações civis e humanitárias. Além disso, o caso ilustra os limites da diplomacia coercitiva e das iniciativas externas de mediação em conflitos assimétricos, nos quais a dinâmica operacional frequentemente se sobrepõe aos compromissos políticos assumidos no plano internacional. **Relevância para o CACD:** Tema recorrente no CACD, pois envolve o Oriente Médio como foco de instabilidade internacional, além de mobilizar princípios centrais do direito internacional humanitário, como a proteção de civis em zonas de conflito. Também permite analisar crises humanitárias contemporâneas e os limites práticos da diplomacia de cessar-fogo em cenários de alta intensidade militar.

8 – 9 abr

IX Reunião Ministerial da ZOPACAS no Rio de Janeiro. O Brasil sediou, nos dias 8 e 9 de abril de 2026, no Rio de Janeiro, a IX Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), foro criado no âmbito da Assembleia Geral da ONU em 1986 por iniciativa brasileira, com o objetivo de promover a cooperação entre os países ribeirinhos do Atlântico Sul e preservar a região como espaço livre de tensões geopolíticas externas. O encontro reuniu representantes dos 24 países-membros e concentrou-se em temas estratégicos como segurança marítima — com ênfase no combate a ilícitos transnacionais no mar —, cooperação em defesa, governança dos oceanos, proteção do meio ambiente marinho e promoção do desenvolvimento sustentável. Reafirmou-se, nesse contexto, o compromisso histórico dos membros com a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz, livre de armas nucleares e da projeção de rivalidades entre grandes potências. Como principais resultados, foram adotadas a Declaração do Rio de Janeiro, que consolida diretrizes políticas comuns, e a Estratégia de Cooperação do Rio de Janeiro, documento que estabelece prioridades e mecanismos concretos para aprofundar a coordenação entre os países da região nos próximos anos, inclusive por meio de iniciativas conjuntas em segurança marítima, monitoramento ambiental e fortalecimento institucional. **Relevância para o CACD:** Altíssima relevância para o CACD, pois articula eixos centrais da política externa do Brasil,

como a atuação no Atlântico Sul, o fortalecimento das relações com a África e a promoção da segurança marítima. O tema também dialoga com a ZOPACAS, com a agenda de não proliferação nuclear e com a defesa do multilateralismo regional como instrumento de estabilidade e cooperação internacional.

10 abr

Brasil e EUA lançam ação conjunta contra crime organizado.

O Brasil e os Estados Unidos anunciaram, em abril de 2026, o lançamento de uma iniciativa conjunta de combate ao crime organizado transnacional, centrada no compartilhamento e na integração de dados entre a Receita Federal do Brasil e a U.S. Customs and Border Protection. A cooperação tem como objetivo aprimorar a capacidade de detecção e interceptação de fluxos ilícitos — incluindo armas, entorpecentes e recursos financeiros associados a atividades criminosas — por meio do cruzamento de informações aduaneiras, fiscais e logísticas. A iniciativa insere-se em um contexto mais amplo de intensificação da agenda bilateral de segurança, com foco na repressão a redes transnacionais que operam por meio de cadeias globais de comércio. Ao fortalecer mecanismos de inteligência e monitoramento, o acordo busca reduzir vulnerabilidades nas rotas comerciais e ampliar a eficácia das ações de fiscalização, ao mesmo tempo em que levanta questões relevantes sobre soberania de dados, interoperabilidade institucional e equilíbrio entre segurança e facilitação do comércio internacional. **Relevância para o CACD:** Importante para o CACD por abordar a segurança transnacional e os mecanismos de cooperação policial entre Estados, especialmente no combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro. O tema também permite discutir a tensão entre o aprofundamento da cooperação em segurança e a preservação da soberania nacional, questão recorrente nas relações internacionais contemporâneas.

18 abr

Lula critica atuação dos membros permanentes do CSNU.

Durante agenda em Barcelona, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU — responsáveis centrais pela manutenção da paz e da segurança internacionais — deveriam rever seu comportamento diante da incapacidade de prevenir a escalada do conflito envolvendo o Irã. A declaração insere-se na tradicional posição brasileira de crítica ao funcionamento do Conselho, especialmente quanto ao uso do veto e à paralisação decisória em crises contemporâneas. Ao destacar a falha do sistema atual, Lula reforçou a defesa de uma reforma estrutural do CSNU, com ampliação de sua representatividade e maior legitimidade, tema recorrente na política externa brasileira. O episódio evidencia, ainda, o desgaste das instituições multilaterais diante de conflitos de alta complexidade e a crescente dificuldade de coordenação entre grandes potências em matéria de segurança internacional. **Relevância para o CACD:** Muito relevante para o CACD por dialogar diretamente com a agenda histórica do Brasil em favor da reforma do Conselho de Segurança da ONU, especialmente quanto à ampliação de sua representatividade e à limitação do uso do veto.

A crítica ao imobilismo do Conselho reforça debates sobre a eficácia do multilateralismo contemporâneo e os desafios da governança internacional da paz e da segurança diante de conflitos entre grandes potências.

20 abr

EUA pedem saída de adido de segurança brasileiro. O governo dos Estados Unidos solicitou a saída do adido de segurança brasileiro Marcelo Ivo de Carvalho de seu território, em um contexto de crescente tensão diplomática envolvendo o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência, Alexandre Ramage, e autoridades migratórias norte-americanas. A medida, de forte simbolismo político, insere-se no campo das práticas diplomáticas relacionadas à limitação ou revogação de credenciações de representantes estrangeiros, podendo ser interpretada como sinal de insatisfação com a condução de temas sensíveis ligados à cooperação em segurança e inteligência. O episódio evidencia como questões domésticas — especialmente aquelas associadas a investigações, mobilidade internacional e disputas políticas internas — podem repercutir no plano externo, afetando a dinâmica das relações bilaterais. Além disso, levanta debates relevantes sobre os limites da cooperação em matéria de segurança, o papel de adidos militares e policiais no exterior e o equilíbrio entre soberania nacional e colaboração internacional em temas de alta sensibilidade. **Relevância para o CACD:** Relevante para o CACD por envolver diretamente as relações entre Brasil e Estados Unidos, com impactos na cooperação bilateral em segurança e inteligência. O caso também permite explorar temas jurídicos e diplomáticos como extradição, asilo e refúgio em contextos politicamente sensíveis, além de evidenciar como tensões pontuais podem afetar o equilíbrio das relações diplomáticas.

22 abr

Crise no Estreito de Ormuz e ataques a navios. A Guarda Revolucionária Islâmica realizou ataques contra três embarcações no Estreito de Ormuz — um dos principais gargalos estratégicos do comércio energético mundial —, apreendendo duas delas em meio à escalada de tensões regionais. O episódio ocorreu simultaneamente à manutenção de um bloqueio naval por parte dos Estados Unidos contra portos iranianos, configurando um ambiente de crescente militarização das rotas marítimas no Golfo. Em resposta, a Organização Marítima Internacional condenou os ataques à navegação, reiterando a importância da liberdade de trânsito e da segurança das linhas marítimas internacionais. O caso evidencia riscos sistêmicos à estabilidade do comércio global, especialmente no setor de hidrocarbonetos, além de suscitar debates jurídicos relevantes sobre o direito do mar — incluindo o regime de passagem em estreitos internacionais —, o uso da força em tempos de tensão não declarada e os limites das ações unilaterais em contextos de segurança internacional. **Relevância para o CACD:** Essencial para o CACD por envolver a segurança energética global, dada a centralidade do Estreito de Ormuz como chokepoint estratégico para o transporte de petróleo. Também mobiliza princípios fundamentais do direito do mar, como a

liberdade de navegação, e debates sobre o uso da força em contextos de tensão internacional, além de seus efeitos sistêmicos sobre o comércio global e a estabilidade econômica.

26 – 27 abr

Gastos militares globais crescem em 2025. Relatório recente citado pela Reuters apontou que os gastos militares globais cresceram 2,9% em 2025, refletindo a persistente deterioração do ambiente de segurança internacional e a intensificação de rivalidades geopolíticas. O aumento ocorreu apesar de uma queda de 7,5% nas despesas dos Estados Unidos, atribuída, em grande medida, à suspensão de novos pacotes de ajuda militar à Ucrânia no contexto da guerra com a Rússia. O dado evidencia um movimento de redistribuição relativa dos investimentos em defesa, com outros países e regiões compensando parcialmente a retração norte-americana, seja por meio de rearmamento, seja pela modernização de suas capacidades militares. Para a análise internacional, o cenário reforça tendências como a militarização crescente do sistema internacional, a persistência de conflitos de alta intensidade e a transição para uma ordem mais multipolar em termos de poder militar, com impactos diretos sobre alianças, dissuasão estratégica e estabilidade global. **Relevância para o CACD:** Relevante para o CACD por dialogar diretamente com temas centrais de Política Internacional, como a intensificação da corrida armamentista em um contexto de competição entre grandes potências, a reconfiguração da arquitetura de segurança europeia após a guerra na Ucrânia, e os debates sobre autonomia estratégica — especialmente na União Europeia. Além disso, o dado contribui para compreender o processo mais amplo de militarização do sistema internacional e seus impactos sobre equilíbrio de poder, alianças e estabilidade global.

28 abr

ONU sanciona irmão de líder das RSF e mercenários colombianos no Sudão. O Conselho de Segurança da ONU decidiu impor sanções a Algoney Hamdan Daglo Musa — irmão de Mohamed Hamdan Dagalo, comandante das Forças de Apoio Rápido — bem como a três cidadãos colombianos acusados de recrutar ex-militares para atuar como mercenários no conflito sudanês. As medidas incluem congelamento de ativos, proibição de viagens e outras restrições típicas do regime de sanções da ONU, com o objetivo de conter o financiamento e a internacionalização do conflito. O episódio evidencia a crescente presença de combatentes estrangeiros em guerras contemporâneas e reforça preocupações com o mercenarismo e a privatização da violência, temas regulados de forma ainda limitada no direito internacional. Além disso, a decisão do Conselho ilustra o uso de sanções como instrumento de gestão de crises, ao mesmo tempo em que revela os desafios de sua efetividade prática em contextos de fragmentação estatal e de múltiplos atores armados não estatais. **Relevância para o CACD:** Relevante para o CACD por mobilizar temas recorrentes de Política Internacional e Direito Internacional, como o uso de sanções pelo Conselho de Segurança da ONU, a atuação de mercenários e a privatização da violência em conflitos

contemporâneos, além das dinâmicas dos conflitos africanos. Também dialoga com agendas de direitos humanos — como a problemática de crianças-soldado — e com regimes de controle de armas, permitindo análise integrada entre segurança internacional, governança global e efetividade das decisões do Conselho.

MEIO AMBIENTE E ENERGIA

10 abr

Emirados Árabes Unidos anunciam saída da OPEP. Os Emirados Árabes Unidos anunciaram sua saída da OPEP, sinalizando uma inflexão relevante em sua estratégia energética e em seu posicionamento no mercado internacional de petróleo. A decisão indica a busca por maior autonomia na definição de níveis de produção e exportação, reduzindo a necessidade de alinhamento às políticas coletivas do cartel. Ao mesmo tempo, reflete um movimento mais amplo de diversificação econômica, no qual o país procura reduzir sua dependência estrutural dos hidrocarbonetos, investindo em setores como energia limpa, tecnologia e finanças. Esse reposicionamento ocorre em um contexto de transição energética global, marcado pela crescente pressão por descarbonização, e de elevada volatilidade nos preços do petróleo, fatores que têm levado produtores tradicionais a reavaliar suas estratégias de longo prazo e seu grau de inserção em mecanismos de coordenação internacional. **Relevância para o CACD:** Trata-se de tema clássico de **geopolítica da energia**. A saída de um membro relevante da OPEP impacta a governança do mercado petrolífero, a coordenação de preços e a estabilidade energética global. Para o CACD, conecta-se a **segurança energética, cartéis internacionais, transição energética e reconfiguração da ordem econômica internacional**. Também permite discutir o enfraquecimento de estruturas tradicionais diante de novas dinâmicas energéticas.

12 abr

Avanços na cooperação internacional para proteção da biodiversidade. Novas iniciativas multilaterais buscaram fortalecer a proteção da biodiversidade, com ênfase na implementação de compromissos assumidos em acordos recentes, como a ampliação de áreas protegidas e a restauração de ecossistemas degradados. Paralelamente, observa-se o esforço de mobilização de recursos financeiros para conservação, incluindo mecanismos inovadores de financiamento e maior participação de organismos internacionais e do setor privado. Essas ações refletem a crescente centralidade da biodiversidade na agenda internacional, articulando-se com temas como desenvolvimento sustentável, combate às mudanças climáticas e governança ambiental global, além de evidenciar tensões recorrentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento quanto à repartição de custos e responsabilidades. **Relevância para o CACD:** Trata-se de tema importante para a compreensão da governança ambiental global, do funcionamento do multilateralismo e do uso do meio ambiente como instrumento de *soft power*. A pauta da biodiversidade,

especialmente, tem sido mobilizada por Estados para projetar influência internacional, legitimar posições diplomáticas e atrair cooperação e financiamento. No caso brasileiro, conecta-se diretamente à atuação em fóruns internacionais — como conferências ambientais e organismos multilaterais — e à centralidade da Amazônia na agenda externa, tanto como ativo estratégico quanto como foco de pressões internacionais, o que exige equilíbrio entre soberania, desenvolvimento e compromisso ambiental.

15 abr

Brasil lança plano de transição energética com meta de 81% de renováveis até 2055. O governo brasileiro anunciou um plano nacional de transição energética que estabelece a meta de elevar para 81% a participação de fontes renováveis na matriz energética até 2055, consolidando o país como um dos principais atores globais no processo de descarbonização. A estratégia envolve a ampliação da capacidade instalada de energias solar, eólica e de biomassa, aliada ao fortalecimento de novas frentes tecnológicas, como o hidrogênio verde, visto como vetor-chave para a transição em setores de difícil abatimento de emissões. O plano também prevê a modernização da infraestrutura energética, com investimentos em redes inteligentes, armazenamento e integração de sistemas, além de incentivar a descarbonização industrial por meio de políticas regulatórias e mecanismos de financiamento. Ademais, destaca-se a dimensão regional da iniciativa, ao promover a integração energética com países vizinhos, reforçando a segurança energética e o papel do Brasil como liderança no Sul Global em matéria de energia limpa e sustentável. **Relevância para o CACD:** O tema conecta diretamente **política externa brasileira (PEB), agenda climática e segurança energética**. É essencial para entender o posicionamento do Brasil como potência energética limpa e ator relevante em negociações climáticas. Dialoga com conceitos centrais como **transição energética, matriz energética, compromissos climáticos e desenvolvimento sustentável**, recorrentes na prova. Além disso, reforça a estratégia brasileira de liderança no Sul Global em temas ambientais, alinhando-se à tradição diplomática de defesa do desenvolvimento sustentável.

18 abr

Expansão global do hidrogênio verde ganha impulso. Diversos países anunciaram novos investimentos em hidrogênio verde, consolidando-o como um dos principais vetores da transição energética global, especialmente para a descarbonização de setores industriais intensivos em carbono, como siderurgia, química e transporte pesado. Produzido a partir de fontes renováveis, o hidrogênio verde ganha centralidade por permitir a substituição de combustíveis fósseis em atividades de difícil eletrificação. Nesse contexto, regiões como América Latina, Oriente Médio e Europa vêm se afirmando como polos emergentes, seja pela abundância de recursos naturais para geração de energia limpa, seja pela capacidade de atrair investimentos e

desenvolver cadeias produtivas associadas. O movimento também aponta para uma reconfiguração da geopolítica da energia, na qual novos atores podem ganhar protagonismo na exportação de energia limpa e derivados de baixo carbono. **Relevância para o CACD:** O hidrogênio verde está no centro da nova geopolítica energética, permitindo a substituição parcial de combustíveis fósseis. Para o Brasil, abre oportunidades de inserção internacional por meio da exportação de energia limpa, alinhando-se à agenda de desenvolvimento sustentável e inovação tecnológica.

22 abr

União Europeia avança em metas climáticas e endurece política de carbono. A União Europeia avançou na implementação de políticas mais rigorosas de redução de emissões, aprofundando reformas no seu Sistema de Comércio de Emissões (ETS) e consolidando a adoção do Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM). As medidas visam não apenas reduzir as emissões internas, mas também evitar o chamado *carbon leakage*, ao impor custos adicionais a produtos importados com alta intensidade de carbono. Nesse contexto, a política climática europeia passa a ter impacto direto sobre o comércio internacional, ao integrar objetivos ambientais à regulação econômica. O objetivo central é acelerar a transição para uma economia de baixo carbono e alcançar a neutralidade climática até 2050, ao mesmo tempo em que se preserva a competitividade das indústrias europeias e se projeta influência normativa sobre parceiros comerciais. **Relevância para o CACD:** Tema recorrente e de alta incidência nas provas, essencial para compreender a governança climática global, o avanço do chamado protecionismo verde e suas implicações para o comércio internacional. O CBAM, em particular, destaca-se como instrumento-chave, ao incorporar critérios ambientais nas trocas comerciais e gerar tensões com princípios tradicionais da OMC, como a não discriminação. Para países exportadores como o Brasil, a medida tem impacto direto, pois pode afetar a competitividade de produtos intensivos em carbono e exigir adaptações produtivas e regulatórias.

25 abr

Crise climática intensifica eventos extremos e pressiona governança global. Relatórios recentes e cobertura jornalística evidenciaram a intensificação de eventos climáticos extremos — como secas prolongadas, enchentes severas e ondas de calor —, o que reforça a urgência de respostas coordenadas no plano internacional. Esses fenômenos têm impactos desproporcionais sobre países em desenvolvimento, que, em geral, apresentam maior vulnerabilidade estrutural e menor capacidade de adaptação. Nesse contexto, ganha centralidade o debate sobre financiamento climático, transferência de tecnologia e o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, pilares da governança climática global e recorrentes nas discussões multilaterais sobre o enfrentamento da crise ambiental. **Relevância para o CACD:** Trata-se de um tema transversal, recorrente em diversas disciplinas do CACD, como Política Internacional, Geografia e Economia, e que exige abordagem

integrada. Envolve conceitos centrais da agenda climática contemporânea, como justiça climática, financiamento climático, adaptação versus mitigação e o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Além disso, é fundamental para compreender as tensões estruturais entre Norte e Sul globais, especialmente no que se refere à distribuição de custos e obrigações no enfrentamento da mudança do clima, bem como para analisar o papel do Brasil como ator intermediário, que busca conciliar desenvolvimento econômico, preservação ambiental e protagonismo diplomático.

DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E AFINS

7 abr

OMS marca o Dia Mundial da Saúde com foco em ciência e One Health. A Organização Mundial da Saúde lançou, por ocasião do Dia Mundial da Saúde de 2026, a campanha “Together for health. Stand with science”, enfatizando a centralidade da cooperação científica internacional como instrumento essencial para o enfrentamento de crises sanitárias contemporâneas. A iniciativa também destaca a necessidade de combater a desinformação — vista como um dos principais desafios à eficácia de políticas públicas de saúde — e promove a abordagem One Health, que reconhece a interdependência entre saúde humana, animal, vegetal e ambiental. Nesse sentido, a campanha reforça a ideia de que riscos sanitários globais, como pandemias, doenças zoonóticas e impactos das mudanças climáticas, exigem respostas coordenadas, baseadas em evidências e articuladas em múltiplos níveis de governança. **Relevância para o CACD:** Trata-se de tema de alta incidência potencial, pois articula dimensões centrais da agenda internacional contemporânea. A campanha permite explorar a evolução da saúde global como área estratégica do multilateralismo, o papel de organismos internacionais na coordenação de respostas a crises sanitárias, e a crescente interseção entre saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Ademais, dialoga diretamente com debates sobre segurança sanitária global, diplomacia científica, circulação de informações e desafios regulatórios no ambiente digital, bem como com a governança internacional no período pós-pandemia — todos tópicos recorrentes e transversais nas provas do CACD.

16 abr

Haiti: quase 6 milhões podem enfrentar insegurança alimentar aguda. Uma avaliação recente, citada pela Reuters, indicou que quase 6 milhões de pessoas no Haiti devem enfrentar níveis agudos de insegurança alimentar em 2026, em um contexto marcado pela intensificação da violência de gangues, deslocamentos internos em larga escala e profunda crise econômica. O agravamento da situação reflete o colapso parcial das instituições estatais, a fragilidade dos sistemas de abastecimento e as dificuldades de acesso humanitário, sobretudo em áreas urbanas sob controle de grupos armados. Esse cenário tem ampliado a vulnerabilidade social e elevado os riscos de fome generalizada, configurando uma crise humanitária de grande magnitude no Caribe. **Relevância para o CACD:** Articula dimensões centrais da

agenda internacional, como segurança alimentar, fragilidade estatal e direitos humanos. A crise haitiana permite discutir o papel de missões internacionais e de organismos multilaterais, bem como os desafios da governança em contextos de colapso institucional. Ademais, conecta-se a fluxos migratórios regionais e ao histórico envolvimento do Brasil no Haiti, sendo particularmente útil para análises sobre política externa brasileira, cooperação internacional e estabilidade regional — tópicos recorrentes nas provas do CACD.

21 abr

Anistia Internacional publica relatório global sobre direitos humanos. O relatório anual da Amnesty International documentou, em 2026, preocupações relativas à situação de direitos humanos em 144 países, evidenciando a persistência e, em alguns casos, o agravamento de violações em escala global. O documento identifica tendências estruturais, como a intensificação de conflitos armados, a repressão a opositores políticos e à sociedade civil, a ampliação de práticas discriminatórias e a chamada “injustiça climática”, que afeta desproporcionalmente populações vulneráveis. Além disso, destaca a redução abrupta do financiamento humanitário em um contexto de múltiplas crises e alerta para o uso indevido de tecnologias — como vigilância digital e inteligência artificial — para restringir liberdades fundamentais. O relatório oferece, assim, um panorama abrangente das tensões contemporâneas entre segurança, desenvolvimento e direitos humanos. **Relevância para o CACD:** Funciona como um diagnóstico transversal da agenda internacional contemporânea. O relatório permite articular conteúdos de Política Internacional, Direito Internacional dos Direitos Humanos e temas emergentes, como governança tecnológica e justiça climática. Ademais, fornece insumos para análises comparativas entre países e para a compreensão de padrões globais de violação e proteção de direitos, sendo particularmente útil para questões que exigem visão sistêmica e capacidade de integração temática — competências centrais nas provas do CACD.

24 abr

OMS e Gavi anunciam 100 milhões de doses infantis entregues pelo “Big Catch-Up”. A iniciativa internacional lançada em 2023 para recompor as coberturas vacinais perdidas durante a pandemia — conhecida como “Big Catch-Up” — alcançou, até abril de 2026, a marca de mais de 100 milhões de doses administradas a crianças em diversos países, segundo a Reuters. O esforço concentrou-se especialmente na chamada população “zero-dose”, composta por crianças que não haviam recebido nenhuma vacina básica, além de priorizar a imunização contra doenças altamente contagiosas, como o sarampo. A iniciativa é coordenada por organismos como a Organização Mundial da Saúde, a Gavi, a Aliança para Vacinas e o UNICEF, evidenciando a centralidade da cooperação internacional para enfrentar retrocessos sanitários provocados por crises globais. **Relevância para o CACD:** O tema possui relevância muito elevada, pois se insere no núcleo clássico da saúde global como bem

público internacional. A notícia permite explorar a persistência da desigualdade vacinal entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, os efeitos sistêmicos da pandemia sobre políticas públicas essenciais e o papel das organizações multilaterais na coordenação de respostas globais. Além disso, abre espaço para discutir o impacto de restrições orçamentárias e cortes de financiamento internacional sobre programas de imunização, bem como a relação entre saúde, desenvolvimento e estabilidade internacional — tópicos recorrentes e altamente cobrados no CACD.

24 abr

Relatório global sobre crises alimentares aponta fome crítica em 2026. O *Global Report on Food Crises*, citado pela Reuters, apontou que a fome deverá permanecer em níveis críticos em países frágeis ao longo de 2026, em razão da combinação de conflitos armados, eventos climáticos extremos — como secas prolongadas — e redução do financiamento internacional destinado à ajuda humanitária. O relatório evidencia que esses fatores atuam de forma cumulativa, agravando a insegurança alimentar em regiões já vulneráveis, sobretudo na África e em partes do Oriente Médio. Além disso, destaca-se o impacto da retração de recursos externos, que limita a capacidade de resposta de organismos internacionais e amplia o risco de crises prolongadas, com efeitos sobre nutrição, saúde e estabilidade social. **Relevância para o CACD:** Permite integrar diferentes dimensões da agenda internacional contemporânea. A persistência da fome em contextos de fragilidade estatal evidencia a relação entre direitos humanos — em especial o direito à alimentação —, desenvolvimento sustentável e segurança internacional. O relatório também oferece base para discutir os efeitos das mudanças climáticas sobre a produção de alimentos, o papel do financiamento humanitário e os desafios de implementação da Agenda 2030. Assim, constitui excelente ponto de partida para análises interdisciplinares, frequentemente exigidas nas provas do CACD.

24 – 30 abr

Semana Mundial da Imunização destaca que “vacinas funcionam para todas as gerações”. A Organização Mundial da Saúde dedicou a campanha da Semana Mundial da Imunização de 2026 à ideia de que “as vacinas funcionam para todas as gerações”, enfatizando o papel da imunização na proteção intergeracional e na redução de riscos sanitários ao longo do ciclo de vida. A iniciativa reforça a necessidade de tratar a vacinação como um **bem público global**, cuja provisão depende de coordenação internacional, financiamento sustentável e manutenção de altas coberturas vacinais. Ao mesmo tempo, a OMS chama atenção para desafios persistentes, como a hesitação vacinal, a desigualdade no acesso entre países e regiões e os impactos de crises recentes — especialmente a pandemia — sobre os sistemas de saúde. **Relevância para o CACD:** Permite articular conceitos centrais da agenda internacional contemporânea, como diplomacia da saúde, bens públicos globais e governança multilateral. A campanha também oferece base para discutir a desigualdade estrutural entre

Norte e Sul no acesso a tecnologias médicas, os mecanismos de financiamento internacional em saúde e os efeitos políticos e sociais da hesitação vacinal. Trata-se, portanto, de um ponto de interseção entre saúde, desenvolvimento e relações internacionais, com forte probabilidade de cobrança em provas do CACD.

25 abr

Dia Mundial da Malária reforça urgência de financiamento e novas tecnologias. A Organização Mundial da Saúde lançou, por ocasião do Dia Mundial da Malária de 2026, a campanha “Driven to End Malaria: Now We Can. Now We Must”, com o objetivo de reforçar o compromisso internacional com a erradicação da doença. A iniciativa destaca avanços científicos recentes — como o desenvolvimento e a distribuição de novas vacinas — e sublinha a importância de estratégias integradas de prevenção, diagnóstico e tratamento. Apesar desses progressos, a OMS alerta que a malária permanece como um grave problema de saúde pública, especialmente em países africanos, tendo causado aproximadamente 610 mil mortes em 2024. O organismo enfatiza, ainda, que a continuidade dos resultados depende de financiamento estável e de cooperação internacional sustentada, sob risco de retrocessos. **Relevância para o CACD:** O tema apresenta alta relevância por articular dimensões estruturais da agenda internacional, como saúde global, desenvolvimento e desigualdade. A persistência da malária evidencia a relação entre pobreza, fragilidade institucional e vulnerabilidade sanitária, sobretudo no continente africano. Ademais, a campanha permite discutir o papel da inovação tecnológica (vacinas), da ajuda internacional e dos mecanismos multilaterais de financiamento, bem como a interdependência entre saúde pública e estabilidade socioeconômica — aspectos recorrentes e valorizados nas provas do CACD.

28 abr

FIFA abre caminho para retorno internacional de jogadoras afegãs no exílio. A FIFA aprovou mudança normativa que permitirá que jogadoras afegãs no exílio voltem a disputar partidas internacionais, mesmo fora do território nacional, após anos de restrições severas impostas às mulheres sob o regime do Talibã no Afeganistão. Segundo a Reuters, a medida cria uma solução excepcional para garantir a participação dessas atletas em competições oficiais, reconhecendo a impossibilidade de atuação esportiva feminina no país de origem. A decisão reflete uma adaptação institucional do sistema esportivo internacional diante de violações sistemáticas de direitos, especialmente no que se refere à igualdade de gênero e à liberdade de participação social. **Relevância para o CACD:** Permite explorar a interface entre direitos das mulheres, relações internacionais e soft power esportivo. A situação das jogadoras afegãs evidencia como o esporte pode atuar como espaço de afirmação de direitos e de reconhecimento internacional, inclusive para grupos em situação de exílio. Além disso, conecta-se a debates sobre gênero, refúgio, legitimidade internacional e atuação de organizações não estatais na promoção de normas globais, sendo um exemplo contemporâneo

de como agendas sociais transnacionais influenciam a ordem internacional — aspecto cada vez mais presente nas provas do CACD.

28 abr

Darfur: UNICEF alerta para situação crítica de 5 milhões de crianças. O UNICEF emitiu um “Child Alert” para a região de Darfur, no Sudão, alertando que cerca de 5 milhões de crianças enfrentam níveis extremos de privação em meio à intensificação da guerra civil, à insegurança alimentar generalizada e à escalada da violência. Segundo reportado pela Reuters, o agravamento do conflito tem provocado deslocamentos massivos, colapso de serviços básicos e restrições ao acesso humanitário, expondo crianças a riscos severos, como desnutrição aguda, recrutamento forçado e violações sistemáticas de direitos fundamentais. O alerta reforça a gravidade da crise humanitária em curso e a necessidade de mobilização internacional urgente. **Relevância para o CACD:** Mobiliza tópicos centrais da agenda internacional contemporânea, como conflitos africanos, proteção de crianças em contextos de guerra e crises alimentares. A situação em Darfur permite discutir categorias do direito internacional humanitário e dos direitos humanos, incluindo deslocamento forçado, responsabilidade internacional e atuação de organismos multilaterais. Ademais, evidencia a interconexão entre conflito armado, fome e colapso institucional, sendo exemplar para análises sobre fragilidade estatal e intervenção humanitária — temas recorrentes nas provas do CACD.

29 abr

Irã: ONU denuncia execuções e prisões em massa. O alto comissário da Organização das Nações Unidas para direitos humanos denunciou que o Irã executou ao menos 21 pessoas e prendeu mais de 4 mil indivíduos sob acusações relacionadas à segurança nacional desde o início das tensões militares envolvendo Estados Unidos e Israel, conforme reportado pela Reuters. As medidas foram apresentadas pelo governo iraniano como necessárias à preservação da ordem interna, mas suscitaram forte preocupação internacional quanto ao respeito ao devido processo legal, à proporcionalidade das punições e à possível utilização do aparato estatal para reprimir dissidência política. O episódio insere-se em um contexto mais amplo de restrições a liberdades civis e intensificação do controle estatal em situações de conflito. **Relevância para o CACD:** Permite explorar questões centrais do direito internacional dos direitos humanos, como a aplicação da pena de morte, garantias processuais e limites entre segurança nacional e proteção de direitos fundamentais. Também possibilita discutir o papel de mecanismos internacionais de monitoramento — como os órgãos da ONU —, bem como as tensões recorrentes entre soberania estatal e obrigações internacionais. Ademais, conecta-se a debates sobre repressão política, tratamento de minorias e instrumentalização jurídica em contextos de crise, tópicos frequentemente abordados nas provas do CACD.

29 abr

Gaza: mapas israelenses ampliam zona de controle militar e preocupam agências humanitárias. Segundo a Reuters, novos

mapas divulgados por Israel indicaram a ampliação de áreas sob controle militar na Faixa de Gaza, o que tem gerado elevada incerteza quanto à delimitação de zonas seguras para a população civil e para a atuação de organizações humanitárias. A indefinição espacial e operacional dessas áreas tem dificultado a coordenação de ajuda e, de acordo com os relatos, contribuiu para incidentes fatais envolvendo trabalhadores humanitários em regiões onde não havia clareza sobre o regime de controle e os protocolos de segurança. Esse cenário evidencia a complexidade das operações militares em ambientes densamente povoados e os riscos inerentes à condução de assistência em contextos de conflito ativo.

Relevância para o CACD: Permite explorar categorias fundamentais do direito internacional humanitário, como ocupação, distinção, proporcionalidade e proteção de agentes humanitários. A situação também é pertinente para discutir o acesso à ajuda humanitária, os limites da ação militar em áreas civis e o papel de organismos internacionais na mediação e monitoramento do conflito. Ademais, conecta-se ao debate mais amplo sobre a viabilidade da solução de dois Estados e os impactos territoriais e humanitários da dinâmica do conflito israelo-palestino, tópico recorrente nas provas do CACD.

30 abr

Gaza: crise sanitária se agrava em acampamentos de deslocados. A Reuters informou que a proliferação de ratos e parasitas em acampamentos de deslocados na Faixa de Gaza evidencia a rápida deterioração das condições sanitárias no território, em meio a um cenário de deslocamento massivo da população civil, destruição generalizada de infraestrutura habitacional e colapso dos serviços básicos. A precariedade do saneamento, associada à superlotação dos abrigos improvisados, tem ampliado o risco de disseminação de doenças infecciosas, agravando ainda mais a crise humanitária. O quadro reflete não apenas a intensidade do conflito, mas também os limites operacionais para a prestação de assistência humanitária em contextos de hostilidades ativas e acesso restrito. **Relevância para o CACD:** Trata-se de tema de altíssima relevância, pois permite mobilizar conceitos centrais do direito internacional humanitário, especialmente no que se refere à proteção de civis, às obrigações das partes em conflito quanto ao acesso a ajuda humanitária e à preservação de condições mínimas de saúde e dignidade. A situação em Gaza também possibilita discutir o papel das Nações Unidas e de agências humanitárias, os desafios de coordenação em cenários de guerra e a interseção entre segurança, saúde pública e direitos humanos — tópicos recorrentes e de elevada probabilidade de cobrança no CACD.

ECONOMIA

7 abr

UNCTAD registra comércio global recorde, mas alerta para fragilidades. A UN Trade and Development (UNCTAD)

informou que o comércio global de bens e serviços atingiu o patamar recorde de **US\$ 35 trilhões em 2025**, após expansão de aproximadamente **US\$ 2,5 trilhões** em relação ao ano anterior, evidenciando a resiliência do comércio internacional no pós-pandemia e em meio a tensões geopolíticas. Apesar do desempenho robusto, o relatório alerta para um cenário de **fragilidade em 2026**, marcado por aumento de custos logísticos, disrupções em rotas marítimas estratégicas, intensificação de medidas protecionistas e aprofundamento do processo de **desacoplamento econômico entre Estados Unidos e China**. A UNCTAD destaca ainda que tais fatores podem afetar negativamente o dinamismo das cadeias globais de valor, com tendência à regionalização produtiva e à diversificação de fornecedores, o que pode alterar padrões tradicionais de comércio. **Relevância para o CACD:** O tema é central para a compreensão das transformações recentes do **comércio internacional e da globalização**, sendo recorrente em provas do CACD. Permite discutir conceitos-chave como **cadeias globais de valor, reshoring, friend-shoring e fragmentação do comércio mundial**, além de analisar os impactos do protecionismo e das tensões geopolíticas sobre os fluxos comerciais. Também é relevante para compreender a crescente importância do **comércio Sul-Sul** e as estratégias de diversificação de parceiros comerciais adotadas por países em desenvolvimento. Ademais, o tema conecta economia e política internacional, ao evidenciar como rivalidades entre grandes potências influenciam diretamente a organização do sistema econômico global, sendo fundamental para análises sobre inserção internacional do Brasil.

9 abr

Brasil discute contenção fiscal e limites a gastos em 2027. Segundo apuração da Reuters, integrantes do governo brasileiro sinalizaram a **manutenção de cortes orçamentários ao longo de 2026**, com vistas ao cumprimento das metas fiscais estabelecidas. Além disso, indicaram a possibilidade de **endurecimento da aplicação dos instrumentos do arcabouço fiscal a partir de 2027**, incluindo medidas como maior contenção de despesas discricionárias e revisão de **benefícios tributários (gastos tributários)**. O movimento reflete a preocupação com a trajetória das contas públicas diante de pressões por aumento de gastos e da necessidade de preservar a confiança dos agentes econômicos. Nesse contexto, a política fiscal aparece como elemento central para garantir a **sustentabilidade da dívida pública** e evitar deterioração das expectativas, especialmente em um ambiente de juros elevados e incerteza externa. **Relevância para o CACD:** O tema é fundamental para a compreensão da **política fiscal brasileira contemporânea**, sendo recorrente em provas do CACD. Permite discutir o funcionamento do **arcabouço fiscal**, seus mecanismos de controle de gastos e sua relação com a dinâmica da dívida pública. Também é útil para analisar o papel das **expectativas de mercado** e da credibilidade fiscal na determinação de variáveis macroeconômicas, como taxa de juros e câmbio. Ademais, possibilita explorar a interação entre **política fiscal e política monetária**, especialmente no que se refere ao

trade-off entre ajuste fiscal e estímulo à atividade econômica. Trata-se, portanto, de um tema-chave para entender a condução da política econômica no Brasil e sua inserção em um contexto global de restrições financeiras.

14 abr

FMI reduz projeção de crescimento global no WEO de abril.

O Fundo Monetário Internacional, em sua edição de abril do World Economic Outlook, revisou para baixo as expectativas de crescimento da economia global, projetando expansão de **3,1% em 2026** e **3,2% em 2027**, em um contexto internacional marcado por elevada incerteza geopolítica e econômica. O relatório destaca que a intensificação de conflitos no Oriente Médio, associada à volatilidade nos preços de energia e alimentos, tem produzido um **choque de oferta adverso**, com impactos diretos sobre os custos de produção e as cadeias globais de valor. Paralelamente, observa-se a persistência de pressões inflacionárias em diversas economias, sobretudo em razão da alta de commodities e de gargalos logísticos. Nesse cenário, o FMI projeta um **aumento moderado da inflação global em 2026**, seguido de uma desaceleração em 2027, à medida que os efeitos dos choques se dissipem e as políticas monetárias restritivas continuem a produzir efeitos desinflacionários. O relatório também enfatiza a heterogeneidade entre países, com economias avançadas apresentando crescimento mais lento e emergentes enfrentando maior vulnerabilidade a choques externos.

Relevância para o CACD: O relatório fornece um panorama abrangente da **conjuntura macroeconômica internacional**, sendo fundamental para a compreensão de temas recorrentes no CACD, como ciclos econômicos globais, dinâmica inflacionária e coordenação de políticas macroeconômicas. Permite explorar conceitos centrais, como **choques de oferta, inflação importada, política monetária contracionista e seus efeitos sobre crescimento e emprego**, além de aprofundar a análise das **assimetrias entre economias avançadas e emergentes**. Ademais, o documento é particularmente relevante para discutir a **vulnerabilidade externa dos países em desenvolvimento**, especialmente diante de volatilidade de capitais, termos de troca e dependência de commodities, bem como para relacionar economia internacional com temas de política internacional, como conflitos geopolíticos e segurança energética.

16 abr

China cresce 5,0% no primeiro trimestre. Dados divulgados pelo governo da China indicam que o Produto Interno Bruto cresceu **5,0% no primeiro trimestre de 2026**, desempenho superior às expectativas do mercado e sustentado, em parte, pela expansão do setor industrial e por estímulos internos à demanda. Apesar do resultado positivo no curto prazo, analistas consultados pela Reuters apontam um cenário de **riscos crescentes para os trimestres seguintes**, sobretudo em razão da instabilidade geopolítica no Oriente Médio, com destaque para a guerra envolvendo o Irã, que pressiona os preços de energia e afeta

cadeias globais de suprimento. Soma-se a isso a desaceleração do comércio internacional e a persistência de tensões comerciais entre grandes potências, fatores que podem comprometer o desempenho exportador chinês e gerar efeitos indiretos sobre sua atividade econômica. O quadro geral, portanto, combina **resiliência no curto prazo com incertezas estruturais no médio prazo**. **Relevância para o CACD:** O desempenho econômico chinês é elemento central para a análise da **economia internacional contemporânea**, dada a posição da China como principal motor do crescimento global e grande demandante de commodities. O tema permite explorar a relação entre crescimento chinês e **ciclos de preços de commodities**, com impactos diretos sobre economias exportadoras, como o Brasil. Além disso, é fundamental para compreender o funcionamento das **cadeias globais de valor**, a interdependência produtiva e os efeitos de choques externos sobre economias altamente integradas. Também abre espaço para discutir a **geopolítica econômica**, especialmente no que se refere às tensões comerciais e à disputa por liderança tecnológica. Trata-se de um tópico recorrente no CACD, que exige do candidato a capacidade de articular variáveis econômicas e políticas em escala global.

28 abr

Banco Mundial prevê salto nos preços de energia. O Banco Mundial, em seu relatório *Commodity Markets Outlook* de abril de 2026, projeta uma **elevação expressiva dos preços globais de energia, da ordem de 24% ao longo de 2026**, impulsionada sobretudo pela intensificação das tensões geopolíticas no Oriente Médio e pelos riscos associados a gargalos em rotas estratégicas de abastecimento. O relatório indica, ainda, que o aumento não se restringe ao setor energético, prevendo também uma **alta média de 16% nos preços gerais de commodities**, com destaque para fertilizantes, cuja elevação decorre tanto da dependência de insumos energéticos (como gás natural) quanto de restrições comerciais e produtivas. Esse movimento tende a gerar **efeitos em cadeia sobre os custos de produção agrícola**, pressionando preços de alimentos e agravando riscos inflacionários globais. Ademais, o Banco Mundial ressalta que a volatilidade dos mercados de commodities permanece elevada, refletindo não apenas fatores geopolíticos, mas também mudanças estruturais relacionadas à transição energética e à reorganização das cadeias globais de suprimento. **Relevância para o CACD:** O tema articula dimensões centrais da prova, como **economia internacional, geopolítica da energia e segurança alimentar**, permitindo explorar a relação entre choques de oferta e inflação global. É particularmente relevante para a análise dos **termos de troca**, evidenciando como países exportadores de commodities podem se beneficiar no curto prazo, enquanto importadores líquidos de energia enfrentam deterioração de suas contas externas. Também permite discutir os impactos distributivos, uma vez que o aumento

dos preços de energia e alimentos afeta de forma desproporcional as **economias de baixa renda e populações mais vulneráveis**. Além disso, o tema dialoga diretamente com debates sobre **transição energética, dependência de insumos estratégicos e políticas de subsídios**, sendo recorrente em questões que exigem integração entre Economia, Geografia e Política Internacional no CACD.

28 abr

OCDE alerta para restrições a minerais críticos. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico apontou, em relatório recente, que as **restrições à exportação de matérias-primas críticas aumentaram cerca de cinco vezes desde 2009**, mantendo-se em patamares historicamente elevados. Essas medidas incluem tarifas, cotas, licenças e proibições de exportação, adotadas por diversos países com o objetivo de **assegurar o abastecimento doméstico, agregar valor internamente e fortalecer estratégias industriais nacionais**. O fenômeno está diretamente ligado à crescente demanda por minerais estratégicos — como lítio, cobalto, níquel e terras raras — essenciais para tecnologias de ponta e para a transição energética, incluindo baterias, veículos elétricos e energias renováveis. O relatório destaca que esse movimento pode gerar **distorções nos mercados internacionais, aumento de preços e maior volatilidade**, além de intensificar disputas geoeconômicas por acesso a recursos naturais. **Relevância para o CACD:** O tema é central para compreender a emergência da **geopolítica dos recursos naturais** no século XXI, sendo particularmente relevante para debates sobre **transição energética e segurança econômica**. Permite explorar conceitos como **política industrial (industrial policy), nacionalismo de recursos e fragmentação das cadeias globais de valor**, além de analisar os efeitos de restrições comerciais sobre eficiência econômica e comércio internacional. Também é fundamental para discutir a **dependência tecnológica de países importadores de minerais críticos** e as estratégias de diversificação de suprimentos. No caso brasileiro, o tema ganha relevância adicional ao evidenciar oportunidades de inserção internacional em cadeias estratégicas, dada a disponibilidade de recursos minerais, ao mesmo tempo em que suscita reflexões sobre agregação de valor, sustentabilidade e posicionamento geopolítico.

28 abr

Inflação global volta a preocupar com choque energético. Levantamento conduzido pela Reuters com economistas de mercado indicou uma **revisão para cima das projeções de inflação em 44 das 50 maiores economias do mundo**, refletindo um cenário de deterioração das expectativas inflacionárias globais. O principal fator apontado é a recente **alta nos preços de energia**, intensificada pelas tensões geopolíticas no Oriente Médio, especialmente pelas incertezas em torno da estabilidade do Estreito de Hormuz, uma das principais rotas de escoamento de petróleo do mundo. O risco de interrupções no fluxo de petróleo e gás natural tem elevado os custos energéticos e pressionado cadeias produtivas, gerando um típico quadro de **inflação de custos**. Além

disso, o cenário é agravado por expectativas desancoradas em algumas economias, o que pode prolongar o processo inflacionário mesmo diante de políticas monetárias restritivas. **Relevância para o CACD:** A notícia é particularmente útil para discutir temas clássicos de Economia cobrados no CACD, como **choques de oferta e seus impactos inflacionários**, bem como a distinção entre inflação de demanda e inflação de custos. Também permite explorar o papel das **expectativas inflacionárias** e a importância de sua ancoragem para a eficácia da política monetária. Ademais, o caso evidencia o dilema enfrentado por bancos centrais entre **conter a inflação e preservar o crescimento econômico**, especialmente em contextos de choques externos adversos. Por fim, conecta economia e geopolítica, ao demonstrar como eventos em chokepoints estratégicos podem afetar diretamente variáveis macroeconômicas globais, sendo tema recorrente em provas que exigem análise integrada entre Economia e Política Internacional.

29 abr

Federal Reserve mantém juros nos EUA. O Federal Reserve decidiu manter a taxa básica de juros dos Estados Unidos no intervalo de **3,50% a 3,75%**, em um contexto de elevada incerteza externa e persistência de pressões inflacionárias. A decisão foi marcada por **dissensos entre os membros do comitê de política monetária**, refletindo divergências quanto ao ritmo adequado de flexibilização monetária diante de riscos inflacionários ainda presentes. Entre esses riscos, destaca-se a recente elevação dos preços de energia, associada à intensificação de conflitos no Oriente Médio, que tende a gerar **efeitos inflacionários de segunda ordem** sobre a economia americana. O Fed sinalizou uma postura cautelosa, indicando que eventuais cortes futuros dependerão da evolução dos indicadores de inflação e atividade, bem como da estabilidade do cenário internacional. **Relevância para o CACD:** A decisão do banco central norte-americano é central para a compreensão da **dinâmica macroeconômica global**, uma vez que os juros dos EUA funcionam como referência para o sistema financeiro internacional. O tema permite explorar a relação entre **política monetária, fluxos internacionais de capitais e taxa de câmbio**, especialmente no que se refere aos impactos sobre economias emergentes, como saída de capitais, desvalorização cambial e aumento do custo de financiamento externo. Além disso, é útil para discutir o grau de **autonomia das políticas monetárias nacionais** em um contexto de integração financeira global, bem como os mecanismos de transmissão de choques externos. Trata-se de um tema recorrente no CACD, frequentemente abordado em questões que exigem articulação entre Economia Internacional e Política Econômica.

29 abr

Copom reduz Selic para 14,50% ao ano. O Banco Central do Brasil decidiu reduzir a taxa básica de juros (**Selic**) em **0,25 ponto percentual**, fixando-a em **14,50% ao ano**, em movimento que sinaliza continuidade — ainda que cautelosa — do processo de flexibilização monetária. A decisão foi acompanhada de comunicação mais prudente por parte da autoridade monetária, que destacou a persistência de **pressões inflacionárias** e o aumento da

incerteza no cenário internacional, especialmente em razão da volatilidade dos preços de energia e das tensões geopolíticas. O Banco Central também revisou suas projeções, elevando a estimativa para o IPCA de 2026 para **4,6%**, valor acima do centro da meta, o que reforça a necessidade de condução cuidadosa da política monetária. O quadro indica um equilíbrio delicado entre o estímulo à atividade econômica e o compromisso com a convergência da inflação às metas estabelecidas. **Relevância para o CACD:** A decisão sintetiza elementos centrais da **política macroeconômica brasileira**, sendo recorrente em provas do CACD. Permite analisar o funcionamento do regime de **metas de inflação**, o papel da taxa de juros como instrumento de política monetária e os canais de transmissão para a atividade econômica, o crédito e o consumo. Também é fundamental para discutir a relação entre **política monetária e credibilidade institucional**, especialmente no que se refere à ancoragem das expectativas inflacionárias. Além disso, o tema possibilita integrar a análise doméstica ao cenário internacional, evidenciando como **choques externos — como variações nos preços de commodities e mudanças na política monetária global — afetam o câmbio e a inflação no Brasil**. Trata-se, portanto, de um tópico-chave para compreender a interação entre economia interna e ambiente externo.

30 abr

Acordo Mercosul–União Europeia avança para aplicação provisória. A União Europeia e o Mercosul avançaram para a **implementação provisória do acordo de livre comércio a partir de 1º de maio de 2026**, após anos de negociações e impasses políticos. A decisão ocorre em um contexto de **crescentes tensões comerciais globais**, marcado por protecionismo, disputas tecnológicas e reconfiguração das cadeias de suprimento. Para a União Europeia, o acordo integra uma estratégia mais ampla de **diversificação de parceiros comerciais**, reduzindo dependências excessivas e ampliando acesso a mercados e recursos naturais. Do lado do Mercosul, o avanço representa oportunidade de **expansão das exportações**, especialmente de produtos agropecuários e industriais, embora permaneçam desafios relacionados a exigências regulatórias europeias, sobretudo em temas ambientais e sanitários. O processo de implementação provisória indica um equilíbrio entre avanços econômicos e a persistência de controvérsias políticas e regulatórias. **Relevância para o CACD:** O acordo é um dos temas mais recorrentes e estratégicos para o CACD, por articular dimensões de **Economia Internacional e Política Internacional**. Permite discutir **integração regional, acordos comerciais preferenciais, liberalização de mercados e barreiras não tarifárias**, além de explorar o papel do Brasil no comércio internacional. Também é central para analisar o impacto de **disputas regulatórias ambientais**, como exigências europeias relacionadas à sustentabilidade e rastreabilidade, que têm implicações diretas sobre o acesso a mercados. Ademais, o tema dialoga com debates sobre **protecionismo contemporâneo, geoeconomia e diversificação de parceiros comerciais**, sendo

essencial para compreender a inserção internacional do Brasil em um cenário global em transformação.

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

19 abr

América Latina debate soberania sobre minerais críticos. Lideranças da América Latina defenderam a necessidade de transformar a abundância regional de minerais críticos — como lítio, cobre, terras raras e outros insumos estratégicos — em vetor de desenvolvimento industrial, por meio da internalização de etapas das cadeias produtivas. A proposta busca superar o padrão histórico de inserção internacional baseado na exportação de commodities primárias, estimulando a agregação de valor e a produção de bens de maior conteúdo tecnológico, especialmente aqueles vinculados à transição energética, como baterias e tecnologias limpas. A reportagem destaca a centralidade da região nesse mercado, concentrando cerca de 45% das reservas globais de lítio e aproximadamente 30% das de cobre, o que confere aos países latino-americanos potencial significativo de barganha estratégica no contexto da reconfiguração das cadeias globais de valor. **Relevância para o CACD:** O tema articula dimensões centrais do edital, como desenvolvimento econômico, integração regional e geopolítica dos recursos naturais. Permite discutir o conceito de especialização produtiva e suas limitações estruturais, bem como estratégias de industrialização baseadas em recursos naturais. Além disso, insere-se no debate contemporâneo sobre transição energética e disputa por minerais críticos, envolvendo grandes potências como China e Estados Unidos, e seus impactos sobre a autonomia estratégica do Sul Global. Também possibilita analisar os desafios de coordenação regional para construção de cadeias produtivas integradas, em linha com a tradição da política externa brasileira de promoção da cooperação e integração latino-americana.

21 abr

Itaipu estuda expansão solar no reservatório binacional. A Itaipu Binacional avalia a expansão de sua matriz energética por meio da incorporação de fontes renováveis complementares, com destaque para a instalação de usinas solares flutuantes no reservatório compartilhado entre Brasil e Paraguai. O lago da usina, com cerca de 1,3 mil km² de perímetro e aproximadamente 170 km de extensão, oferece condições favoráveis para esse tipo de tecnologia, que permite otimizar o uso da área já inundada, reduzir perdas por evaporação e ampliar a capacidade de geração sem necessidade de novas intervenções territoriais significativas. A iniciativa insere-se em um movimento mais amplo de diversificação da matriz energética da hidrelétrica, historicamente centrada na geração hídrica, e busca alinhar a usina às tendências globais de transição energética e descarbonização. **Relevância para o CACD:** O tema é exemplar da dimensão concreta da integração energética sul-americana, especialmente no eixo Brasil–Paraguai, evidenciando o papel de Itaipu Binacional como arranjo institucional de governança compartilhada. Permite discutir a

evolução da cooperação bilateral para além da geração hidrelétrica tradicional, incorporando agendas contemporâneas como inovação tecnológica, sustentabilidade e transição energética. Ademais, conecta-se à diplomacia ambiental e ao reposicionamento estratégico do Brasil em temas climáticos, ao mesmo tempo em que ilustra como projetos binacionais podem funcionar como instrumentos de integração regional e de fortalecimento da interdependência positiva entre países vizinhos.

23 abr

Governo brasileiro projeta aumento de exportações com o acordo UE–Mercosul. O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou que as projeções oficiais indicam que a plena implementação do acordo entre a União Europeia e o Mercosul poderá elevar as exportações brasileiras em aproximadamente 13% até 2038, com impacto ainda mais expressivo sobre o setor industrial, cujas vendas externas poderiam crescer cerca de 26% no mesmo período. No curto prazo, a entrada em vigor inicial do acordo prevê a eliminação tarifária imediata para cerca de 5 mil produtos, ampliando o acesso de bens brasileiros ao mercado europeu e reduzindo custos de importação de insumos e bens de capital. As estimativas refletem tanto ganhos de acesso a mercados quanto possíveis efeitos de integração produtiva e aumento de competitividade decorrentes da redução de barreiras tarifárias e não tarifárias. **Relevância para o CACD:** A notícia oferece base empírica para discutir os impactos econômicos de acordos de livre comércio, especialmente no que tange à expansão de exportações, ganhos de eficiência e reconfiguração da estrutura produtiva. Permite abordar conceitos centrais da Economia Internacional, como criação e desvio de comércio, vantagens comparativas e inserção em cadeias globais de valor. Ademais, abre espaço para reflexão sobre os efeitos distributivos da liberalização — incluindo possíveis ganhos para setores exportadores e pressões competitivas sobre segmentos menos eficientes —, bem como sobre os desafios da política industrial brasileira diante de um cenário de maior abertura. Por fim, conecta-se à estratégia do Brasil de utilizar o Mercosul como plataforma de negociação internacional.

29 abr

Lula promulga acordo União Europeia–Mercosul. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto que formaliza a promulgação, no ordenamento jurídico brasileiro, do acordo de associação entre União Europeia e Mercosul, etapa necessária para sua internalização e posterior implementação. O acordo, que abrange 31 países e um mercado de aproximadamente 720 milhões de consumidores, representa um dos maiores tratados comerciais já negociados pelo Brasil, com impacto potencial sobre fluxos comerciais que somam cerca de US\$ 22 trilhões em PIB combinado. No plano tarifário, prevê-se a eliminação progressiva de tarifas: o Mercosul deverá liberalizar cerca de 91% das importações provenientes da União Europeia em até 15 anos, enquanto o bloco europeu compromete-se a zerar tarifas sobre aproximadamente 95% das exportações do Mercosul em prazo de

até 12 anos. Além da dimensão comercial, o acordo inclui capítulos sobre serviços, compras governamentais, propriedade intelectual e desenvolvimento sustentável, refletindo a ampliação da agenda de integração econômica contemporânea. **Relevância para o CACD:** Trata-se de tema estruturante para a compreensão da inserção internacional do Brasil, envolvendo dimensões centrais do edital como integração regional, política comercial e negociações multilaterais. O acordo UE–Mercosul permite discutir a evolução do regionalismo aberto, as tensões entre liberalização comercial e protecionismo (especialmente no contexto europeu), bem como a crescente incorporação de cláusulas ambientais e regulatórias nos acordos comerciais. Ademais, evidencia desafios clássicos da diplomacia econômica brasileira, como a conciliação entre interesses agrícolas e industriais, a assimetria entre blocos e o papel do Mercosul como plataforma de inserção global.

30 abr

UE anuncia aplicação provisória do acordo UE–Mercosul a partir de 1º de maio. A Comissão Europeia anunciou que o Acordo Comercial Interino entre a União Europeia e o Mercosul passaria a ser aplicado de forma provisória a partir de 1º de maio, antes da conclusão integral dos processos de ratificação pelos parlamentos nacionais europeus. Essa aplicação provisória incide sobretudo sobre os dispositivos de competência exclusiva da UE, especialmente aqueles relativos ao comércio de bens. Na prática, o acordo prevê redução tarifária imediata para diversos produtos, além de avanços em áreas regulatórias, como facilitação de comércio, eliminação de barreiras técnicas, acesso a mercados de serviços e abertura parcial de compras governamentais. Trata-se de um mecanismo jurídico frequentemente utilizado pela União Europeia para acelerar a operacionalização de acordos comerciais complexos, ainda que o texto completo permaneça sujeito a controvérsias políticas internas, sobretudo em temas sensíveis como padrões ambientais e agrícolas. **Relevância para o CACD:** O tema é particularmente relevante para compreender a dimensão jurídico-institucional dos acordos internacionais contemporâneos, especialmente o instituto da aplicação provisória de tratados, previsto no direito internacional e amplamente utilizado pela União Europeia. Permite explorar as tensões entre competências supranacionais e soberania dos Estados-membros, bem como os entraves políticos internos europeus — notadamente resistências de setores agrícolas e preocupações ambientais — que condicionam a ratificação definitiva do acordo. Do ponto de vista econômico e estratégico, a medida evidencia a tentativa europeia de consolidar parcerias com o Sul Global em um contexto de fragmentação do comércio internacional, ao mesmo tempo em que reforça o papel do Mercosul como vetor de inserção internacional do Brasil.

30 abr

Brasil e Argentina avançam na integração gasífera. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) avaliou que a integração entre Brasil e Argentina no setor de gás natural pode ser viabilizada por múltiplas rotas de infraestrutura, incluindo alternativas que passam

por Bolívia e Paraguai, bem como conexões diretas pela região Sul do Brasil. Entre essas opções, a rota via Uruguiana foi identificada como a mais avançada do ponto de vista técnico e regulatório, com maior viabilidade de curto prazo. A iniciativa está diretamente associada ao potencial de exploração do megacampo de Vaca Muerta, cuja produção crescente poderia abastecer o mercado brasileiro, contribuindo para diversificação de fontes, redução de custos e maior previsibilidade no suprimento energético.

Relevância para o CACD: O tema é particularmente relevante para a compreensão da integração física sul-americana como dimensão concreta do regionalismo, indo além de acordos comerciais e alcançando setores estratégicos como energia e infraestrutura. Permite discutir segurança energética, interdependência regional e os desafios de coordenação entre países com diferentes marcos regulatórios e interesses nacionais. Ademais, conecta-se à crescente importância dos recursos não convencionais, como o gás de Vaca Muerta, na geopolítica energética contemporânea, bem como ao papel do Brasil como principal mercado consumidor regional. Também abre espaço para analisar iniciativas de integração no âmbito sul-americano sob a ótica da política externa brasileira, em linha com a tradição de cooperação com vizinhos destacada na literatura diplomática.

RELAÇÕES BILATERAIS

EUA

1 abr

Relatório do USTR aponta barreiras comerciais brasileiras. O relatório anual de barreiras comerciais do United States Trade Representative avaliou que o Brasil mantém um ambiente regulatório relativamente restritivo ao comércio e ao investimento estrangeiro, caracterizado por níveis tarifários superiores à média de economias comparáveis e por elevada complexidade normativa. O documento destacou, de forma específica, obstáculos em setores estratégicos, como o etanol — em que persistem tensões históricas relativas a acesso a mercado e políticas de incentivo doméstico —, além de entraves administrativos no licenciamento de importações. Também foram mencionadas restrições no acesso a compras governamentais, limitações regulatórias nos setores de telecomunicações e preocupações com o tratamento conferido ao sistema de pagamentos instantâneos Pix, entendido por atores norte-americanos como potencialmente assimétrico em relação a provedores privados. Ademais, o relatório apontou exigências ambientais e regulatórias como possíveis barreiras não tarifárias, evidenciando o caráter multifacetado das fricções comerciais entre os dois países. **Relevância para o CACD:** Sintetiza diversas dimensões centrais da economia política internacional contemporânea, articulando comércio bilateral, regulação doméstica e disputas tecnológicas. A crítica norte-americana ao arcabouço regulatório brasileiro evidencia tensões estruturais entre,

de um lado, a agenda de liberalização comercial e abertura de mercados e, de outro, a defesa da soberania regulatória e da capacidade estatal de formular políticas públicas, especialmente em setores estratégicos. A inclusão de temas como o Pix insere a economia digital e os sistemas de pagamento no centro do debate geoeconômico, refletindo a crescente disputa por padrões tecnológicos e controle de infraestruturas financeiras. Além disso, as menções a compras governamentais e política industrial dialogam com discussões clássicas sobre tratamento nacional, subsídios e papel do Estado no desenvolvimento. Para o Brasil, o relatório funciona como instrumento de pressão diplomática e comercial, podendo influenciar negociações bilaterais e posicionamentos em foros multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio, sendo, portanto, um excelente exemplo prático das tensões entre autonomia estatal e integração econômica global — tema recorrente e altamente explorado no CACD.

1 abr

EUA mantêm críticas ao Pix no campo de serviços financeiros. O relatório do United States Trade Representative registrou preocupações manifestadas por empresas norte-americanas do setor de tecnologia financeira quanto ao funcionamento do sistema brasileiro de pagamentos instantâneos Pix, desenvolvido e operado pelo Banco Central do Brasil. Segundo essas empresas, haveria indícios de tratamento institucional preferencial ao sistema público, o que poderia gerar assimetrias competitivas em relação a provedores privados de meios de pagamento, muitos deles vinculados a companhias norte-americanas. A crítica se insere em um contexto mais amplo de disputas regulatórias sobre infraestrutura financeira digital, envolvendo questões como interoperabilidade, acesso a dados, custos de transação e papel do Estado na provisão de serviços financeiros. O caso revela a crescente sensibilidade internacional em torno de sistemas nacionais de pagamento, que passam a ser vistos não apenas como instrumentos domésticos de política econômica, mas também como elementos estratégicos na competição global por mercados digitais. **Relevância para o CACD:** Exemplifica a interseção entre economia digital, soberania regulatória e geopolítica financeira — um dos eixos mais dinâmicos das relações internacionais contemporâneas. A controvérsia em torno do Pix evidencia tensões estruturais entre, de um lado, a atuação estatal como promotora de inovação e inclusão financeira e, de outro, os interesses de empresas privadas transnacionais que operam em mercados liberalizados. Além disso, insere o Brasil no debate global sobre governança de infraestruturas digitais críticas, aproximando-o de discussões sobre moedas digitais de bancos centrais, sistemas de pagamento instantâneo e competição entre plataformas financeiras. Para o CACD, o caso é particularmente relevante por permitir a articulação entre temas clássicos — como comércio de serviços, regulação e política industrial — e agendas emergentes, como fintechs, big techs e soberania digital, refletindo a crescente complexidade das disputas econômicas internacionais no século XXI.

2 abr

EUA mantêm pressão tarifária sobre aço, alumínio e cobre.

O governo de Donald Trump promoveu uma reformulação das tarifas impostas com base na Seção 232 do Trade Expansion Act, instrumento que permite a adoção de medidas restritivas por razões de segurança nacional. A medida manteve a tarifa de 50% sobre produtos metálicos básicos, como aço e alumínio, ao mesmo tempo em que revisou o escopo regulatório incidente sobre produtos derivados, incluindo itens com conteúdo de cobre. A reformulação indica não apenas a continuidade da política comercial protecionista norte-americana, mas também sua adaptação a cadeias produtivas mais complexas, nas quais insumos metálicos estão incorporados em bens industriais de maior valor agregado. Ao ampliar ou ajustar a incidência tarifária, Washington busca evitar mecanismos de contorno (circumvention) por parte de exportadores estrangeiros, reforçando a eficácia das barreiras comerciais. **Relevância para o CACD:** Ilustra, de forma concreta, a instrumentalização do argumento de segurança nacional no âmbito do comércio internacional contemporâneo, tensionando os princípios do sistema multilateral de comércio, especialmente aqueles consagrados na Organização Mundial do Comércio. A utilização da Seção 232 suscita debates sobre a compatibilidade dessas medidas com as regras multilaterais, notadamente o Artigo XXI do GATT, cuja interpretação tem sido progressivamente ampliada por grandes potências. Para o Brasil, os impactos são diretos, dado seu perfil exportador de produtos siderúrgicos e metálicos, o que coloca o país diante de dilemas estratégicos envolvendo diversificação de mercados, negociação bilateral e eventual recurso a mecanismos de solução de controvérsias. Ademais, o caso revela tendências mais amplas de fragmentação da ordem comercial internacional, revalorização de políticas industriais nacionais e crescente politização do comércio exterior, todos tópicos recorrentes e altamente cobrados no CACD.

10 abr

Brasil e EUA lançam cooperação contra crime organizado.

Brasil e Estados Unidos anunciaram o fortalecimento da cooperação bilateral no campo da segurança transnacional, por meio de iniciativa conjunta entre a Receita Federal do Brasil e a U.S. Customs and Border Protection. O acordo prevê o intercâmbio de informações, o aperfeiçoamento de mecanismos de inteligência aduaneira e a coordenação de ações voltadas ao combate ao tráfico internacional de armas, drogas e outros ilícitos associados ao crime organizado transnacional. A cooperação inclui, ainda, o uso de tecnologias de rastreamento, análise de risco em fluxos comerciais e integração de bases de dados, com o objetivo de aumentar a eficiência na identificação de cargas suspeitas e na repressão a redes ilícitas que operam em escala global. A iniciativa insere-se em um contexto mais amplo de intensificação da governança de fronteiras e de securitização de cadeias logísticas internacionais. **Relevância para o CACD:** Evidencia a crescente centralidade da segurança transnacional na agenda internacional e nas relações bilaterais

contemporâneas. A cooperação entre Brasil e Estados Unidos ilustra como desafios como tráfico de armas, narcotráfico e lavagem de dinheiro ultrapassam fronteiras nacionais, exigindo respostas coordenadas e compartilhamento de inteligência. Para o Brasil, a parceria reforça sua inserção na arquitetura hemisférica de segurança, ao mesmo tempo em que levanta questões sensíveis relativas à soberania, proteção de dados e assimetria de capacidades institucionais. Do ponto de vista analítico, o caso conecta temas clássicos do CACD, como cooperação internacional, regimes de segurança, governança global e interdependência complexa, além de dialogar com debates contemporâneos sobre controle de fronteiras, facilitação do comércio e equilíbrio entre segurança e fluidez das trocas internacionais. Trata-se, portanto, de um exemplo concreto da interseção entre economia, segurança e diplomacia, cada vez mais recorrente nas provas.

13 – 15 abr

Alexandre Ramagem é detido pelo ICE nos EUA. O ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramagem, condenado no Brasil por envolvimento em tentativa de ruptura institucional, foi detido por autoridades migratórias dos Estados Unidos, vinculadas ao U.S. Immigration and Customs Enforcement, e posteriormente liberado. O episódio ocorre em contexto de crescente cooperação — e também de tensões — entre os dois países no campo jurídico e político, envolvendo possíveis pedidos de extradição, análise de eventual solicitação de asilo e avaliação das condições legais para permanência em território norte-americano. O caso evidencia a complexidade dos mecanismos de cooperação judicial internacional, especialmente quando envolvem figuras públicas associadas a controvérsias políticas internas e acusações de atentado à ordem democrática.

Relevância para o CACD: Mobiliza diversos institutos centrais do Direito Internacional e das Relações Internacionais contemporâneas, como extradição, asilo político, cooperação jurídica internacional e proteção de direitos fundamentais. O caso também ilustra as tensões entre soberania estatal e obrigações internacionais, uma vez que a eventual extradição depende tanto de tratados bilaterais quanto da interpretação doméstica do ordenamento jurídico norte-americano. Ademais, insere-se no debate mais amplo sobre defesa da democracia e responsabilização por atos antidemocráticos, tema cada vez mais presente na agenda internacional. Para o Brasil, o episódio pode ter repercussões diplomáticas, sobretudo se houver divergências quanto ao tratamento jurídico do indivíduo nos EUA. Do ponto de vista do CACD, o caso é particularmente útil para explorar a interseção entre política interna e política externa, bem como a crescente politização de instrumentos jurídicos internacionais em contextos de crise institucional.

16 abr

Lula critica ameaças de Trump e defende respeito entre líderes. Em entrevista ao jornal espanhol El País, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou publicamente declarações e posturas do então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que, segundo Lula, se baseariam em ameaças e na lógica do medo nas relações internacionais. O mandatário brasileiro defendeu que a atuação de líderes globais deve estar orientada pelo respeito mútuo, pelo diálogo e pela cooperação, rejeitando práticas unilaterais e coercitivas. A declaração insere-se em um contexto mais amplo de divergências entre Brasil e Estados Unidos em temas sensíveis da agenda internacional, como governança global, comércio, meio ambiente e segurança internacional, além de refletir posicionamentos normativos da diplomacia brasileira em defesa do multilateralismo. **Relevância para o CACD:** Expressa elementos estruturantes da política externa brasileira contemporânea, como a valorização da autonomia decisória, a defesa do multilateralismo e a preferência por soluções pacíficas de controvérsias. A crítica ao unilateralismo norte-americano retoma tradições históricas da diplomacia brasileira, que busca equilibrar relações com grandes potências sem aderir automaticamente a seus posicionamentos. Além disso, a fala de Lula evidencia a dimensão discursiva da política externa, na qual declarações públicas funcionam como instrumentos de sinalização estratégica e construção de imagem internacional. Para o CACD, o caso permite explorar a interação entre política doméstica e projeção externa, bem como as tensões recorrentes nas relações Brasil–Estados Unidos, especialmente em contextos de agendas globais polarizadas. Trata-se, portanto, de um exemplo concreto da disputa entre modelos de governança internacional — unilateral versus multilateral — e de seu impacto na formulação da política externa brasileira.

21 – 22 abr

EUA determinam saída de adido da PF; Brasil aplica reciprocidade. Após o governo dos Estados Unidos solicitar a retirada de um adido da Polícia Federal brasileira que atuava em Miami, o Brasil respondeu por meio de medida simétrica, retirando as credenciais de um agente de imigração norte-americano que exercia funções em Brasília. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva qualificou a decisão como aplicação do princípio da reciprocidade nas relações internacionais. O episódio envolve diretamente órgãos de segurança e controle migratório, como a Polícia Federal do Brasil e o U.S. Immigration and Customs Enforcement, e revela tensões na cooperação bilateral em matéria policial e migratória. A medida reflete disputas sobre o alcance da atuação de agentes estrangeiros em território nacional, bem como sobre os limites institucionais e políticos da cooperação em segurança. **Relevância para o CACD:** Constitui exemplo concreto da aplicação do princípio da reciprocidade, um dos pilares clássicos da prática

diplomática. A situação permite explorar temas centrais do Direito Internacional, como credenciamento de agentes estrangeiros, imunidades funcionais e o estatuto jurídico de oficiais destacados em missões no exterior. Ademais, evidencia a dimensão política da cooperação em segurança, na medida em que divergências pontuais podem repercutir em medidas diplomáticas de retaliação controlada. Para o Brasil, o episódio ilustra o esforço de afirmar sua soberania e autonomia na gestão de sua política de segurança e migração, ao mesmo tempo em que preserva canais de cooperação com uma potência central do sistema internacional. No contexto do CACD, trata-se de um caso paradigmático para discutir a interação entre diplomacia e segurança, os limites da atuação extraterritorial de agentes estatais e a gestão de crises bilaterais por meio de instrumentos diplomáticos proporcionais.

PAÍSES DA AMÉRICA CENTRAL E DA AMÉRICA DO SUL

9 abr

Presidente do Panamá tenta reduzir tensão com a China. O presidente do Panamá, José Raúl Mulino, adotou postura conciliatória ao buscar reduzir as tensões com a China, reafirmando que o país mantém uma relação “positiva e pragmática” com Pequim, apesar das controvérsias recentes envolvendo concessões portuárias estratégicas operadas por empresas como a CK Hutchison. As declarações ocorrem em meio à crescente pressão dos Estados Unidos, que manifestam preocupação com a presença chinesa em infraestrutura sensível no entorno do Canal do Panamá. O governo panamenho procura, assim, equilibrar seus interesses econômicos — associados a investimentos estrangeiros e ao papel logístico do país — com a preservação de sua autonomia política em um cenário de intensificação da rivalidade entre grandes potências. **Relevância para o CACD:** O episódio ilustra de forma clara os dilemas enfrentados por Estados de menor poder relativo diante da competição geopolítica entre potências, sendo exemplar para a análise de estratégias de hedging e diplomacia pragmática. Também permite discutir a centralidade de infraestruturas estratégicas — como o Canal do Panamá — na geopolítica contemporânea, bem como a crescente presença chinesa na América Latina e as reações dos Estados Unidos. O tema dialoga com conceitos recorrentes em prova, como autonomia relativa, dependência estrutural e instrumentalização de investimentos e cadeias logísticas como instrumentos de poder internacional.

14 abr

Brasil e Paraguai iniciam nova rodada sobre tarifa de Itaipu. Brasil e Paraguai iniciaram, em abril de 2026, uma nova rodada de negociações para redefinir a tarifa da energia produzida pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, com vistas ao período pós-2027, quando se altera o regime financeiro do empreendimento após a quitação de grande parte de sua dívida histórica. As discussões envolvem a possibilidade de redução da tarifa — em razão da diminuição dos custos associados ao serviço da dívida —, bem como a revisão dos critérios de comercialização da energia, incluindo eventual

unificação de preços e maior autonomia paraguaia na disposição de sua cota-parte. O tema insere-se em um contexto mais amplo de reequilíbrio das bases do Tratado de Itaipu, refletindo demandas históricas do Paraguai por maior benefício econômico e maior controle sobre seus recursos energéticos. **Relevância para o CACD:** Itaipu constitui um dos casos paradigmáticos da diplomacia brasileira na América do Sul, envolvendo soberania compartilhada, gestão de recursos naturais transfronteiriços e interdependência energética. O tema permite explorar conceitos recorrentes em prova, como assimetria entre Estados, renegociação de tratados internacionais, integração energética e cooperação bilateral de longo prazo. Além disso, dialoga com debates contemporâneos sobre segurança energética, transição energética e uso estratégico de recursos naturais, sendo frequentemente mobilizado como exemplo de sucesso — e também de tensões — na construção da integração regional sul-americana.

24 abr

Venezuela busca ampliar comércio e cooperação energética com a Colômbia. A presidente interina da Venezuela, Delcy Rodríguez, reuniu-se em Caracas com o presidente colombiano Gustavo Petro, em 24 de abril de 2026, em um encontro que marcou o aprofundamento do processo recente de reaproximação bilateral entre os dois países. Durante a reunião, foram discutidas medidas para ampliar o comércio bilateral, fortalecer a cooperação em segurança — incluindo compartilhamento de inteligência para combate ao crime transfronteiriço — e desenvolver projetos de integração energética, com destaque para a possibilidade de fornecimento de eletricidade ao oeste venezuelano, região afetada por instabilidades no sistema elétrico. O encontro também sinaliza esforços de reconstrução das relações após um período de tensões políticas e isolamento internacional da Venezuela, inserindo-se em um contexto mais amplo de reconfiguração regional e pressões externas, especialmente dos Estados Unidos. **Relevância para o CACD:** O episódio permite explorar múltiplas dimensões centrais da Política Internacional contemporânea na América do Sul, como a reativação de relações bilaterais após crises políticas, o papel das fronteiras como espaços de segurança e integração, e a importância da energia como instrumento de cooperação regional. Além disso, evidencia a atuação da Colômbia como ator-chave na estabilização da crise venezuelana e na construção de mecanismos de cooperação pragmática, mesmo em contextos de instabilidade institucional. O tema também dialoga com conceitos recorrentes em prova, como interdependência complexa, regionalismo pragmático e influência de potências extrarregionais na dinâmica latino-americana.

27 abr

Guatemala encerra cooperação médica com Cuba sob pressão dos EUA. Médicos cubanos deixaram a Guatemala após o encerramento de um acordo bilateral de cooperação em saúde com Cuba, que previa o envio de profissionais para atendimento em regiões carentes do país centro-americano. A decisão ocorre em

meio a pressões dos Estados Unidos, que historicamente criticam esses programas por considerá-los instrumentos de influência política e fonte de divisas para o governo cubano. A retirada dos médicos evidencia a fragilidade de iniciativas de cooperação técnica diante de constrangimentos geopolíticos e reabre o debate sobre a sustentabilidade de políticas públicas de saúde em países dependentes de assistência externa. **Relevância para o CACD:** O episódio ilustra a disputa de influência entre Estados Unidos e Cuba na América Central, permitindo explorar a dimensão política da cooperação internacional em saúde. Também dialoga com temas recorrentes em prova, como cooperação Sul-Sul, soft power, diplomacia médica e condicionamentos externos à formulação de políticas públicas em países em desenvolvimento. Além disso, evidencia como a ajuda internacional pode ser instrumentalizada em contextos de rivalidade geopolítica, afetando diretamente populações vulneráveis e a provisão de bens públicos essenciais.

27 – 28 abr

Brasil promulga acordo de localidades fronteiriças do Mercosul. O Brasil promulgou o Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas no âmbito do Mercosul, firmado com Argentina, Paraguai e Uruguai, com o objetivo de institucionalizar e facilitar a vida cotidiana nas chamadas cidades-gêmeas de fronteira. O acordo prevê mecanismos de integração funcional que abrangem a livre circulação de pessoas, o acesso a serviços públicos essenciais — como saúde e educação —, a possibilidade de exercício de atividades laborais transfronteiriças e a regularização do comércio de subsistência. Trata-se de um instrumento que reconhece as dinâmicas sociais e econômicas específicas das regiões de fronteira, historicamente marcadas por intensa interação entre populações nacionais distintas, e busca reduzir entraves burocráticos que dificultam essa integração de fato já existente. **Relevância para o CACD:** O tema articula dimensões centrais da Política Externa Brasileira, como a promoção da integração regional, a valorização do Mercosul como espaço de construção de cidadania ampliada e a priorização do entorno estratégico sul-americano. Além disso, o acordo dialoga com conceitos recorrentes em prova, como paradiplomacia, governança transfronteiriça, regionalismo pós-liberal e integração “de baixo para cima”. Também permite explorar tensões entre soberania estatal e integração funcional, bem como a evolução do Mercosul para além de uma união aduaneira, incorporando elementos sociais e de mobilidade humana.

28 abr

EUA e aliados regionais apoiam soberania do Panamá em disputa com a China. Estados Unidos e um grupo de países latino-americanos — incluindo Bolívia, Costa Rica, Guiana, Paraguai e Trinidad e Tobago — divulgaram, em abril de 2026, uma declaração conjunta de apoio à soberania do Panamá em meio a tensões crescentes com a China. O documento acusa Pequim de politizar o comércio marítimo e de exercer pressão indireta por meio de disputas envolvendo navios de bandeira panamenha e concessões portuárias estratégicas, algumas operadas por empresas

chinesas. O episódio ocorre em contexto de crescente sensibilidade geopolítica em torno do Canal do Panamá, infraestrutura crítica para o comércio global e historicamente associada à influência norte-americana, mas cada vez mais inserida na competição entre grandes potências. **Relevância para o CACD:** O caso exemplifica a intensificação da rivalidade sistêmica entre Estados Unidos e China na América Latina, com foco em infraestrutura estratégica e cadeias logísticas globais. Permite explorar temas recorrentes em prova, como soberania de Estados pequenos diante de pressões externas, geopolítica dos chokepoints marítimos, diplomacia econômica e disputa por investimentos em portos e transporte. Também dialoga com a reconfiguração da presença extrarregional na América Central e com a crescente instrumentalização de fluxos comerciais e logísticos como ferramentas de poder na ordem internacional contemporânea.

30 abr

Acordo UE–Mercosul avança para aplicação provisória. A União Europeia e o Mercosul avançaram, em abril de 2026, nos preparativos para a entrada em vigor provisória do acordo de associação entre os dois blocos, prevista para 1º de maio. A iniciativa ocorre em um contexto de reconfiguração do comércio internacional, marcado por tensões geopolíticas e pela busca europeia por diversificação de mercados e fornecedores, especialmente após choques recentes nas cadeias globais. O acordo abrange liberalização tarifária, facilitação de investimentos e compromissos regulatórios em áreas como sustentabilidade e padrões ambientais, afetando diretamente países como Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. **Relevância para o CACD:** Trata-se de um dos temas mais recorrentes e estratégicos da prova, pois articula dimensões centrais da economia política internacional, como regionalismo, acordos comerciais de nova geração e disputas regulatórias envolvendo meio ambiente e padrões produtivos. O acordo também permite analisar tensões entre abertura comercial e protecionismo — sobretudo no que diz respeito a exigências ambientais europeias —, bem como os impactos sobre a inserção internacional do Brasil e de seus parceiros do Mercosul. Ademais, dialoga com debates sobre autonomia estratégica, diversificação de parceiros e o papel de blocos regionais na governança do comércio global.

30 abr

Paraguai anuncia visita de Estado a Taiwan sob pressão chinesa. O presidente do Paraguai, Santiago Peña, anunciou a realização de visita de Estado a Taiwan entre 7 e 10 de maio de 2026, reafirmando o compromisso histórico de Assunção com o reconhecimento diplomático da ilha. O Paraguai permanece como o único país da América do Sul a manter relações oficiais com Taiwan, em um contexto de crescente pressão da China para que países latino-americanos rompam tais vínculos em favor da política de “Uma Só China”. A visita ocorre em meio a debates internos sobre os custos e benefícios dessa posição, especialmente no que se refere ao acesso ao mercado chinês para exportações agrícolas paraguaias, e insere-se em uma estratégia de fortalecimento de laços

econômicos, financeiros e tecnológicos com Taipei. **Relevância para o CACD:** O caso paraguaio constitui exemplo emblemático das disputas geopolíticas contemporâneas entre China e Taiwan projetadas sobre a América Latina, permitindo explorar temas como reconhecimento diplomático, competição entre grandes potências e autonomia decisória de países de menor peso relativo. Também dialoga com questões recorrentes em prova, como diplomacia econômica, dependência de exportações primárias e limites estruturais da inserção internacional paraguaia, inclusive no âmbito do Mercosul, onde a ausência de relações com a China pode gerar constrangimentos comerciais e estratégicos.

PAÍSES AFRICANOS

8 – 9 abr

Brasil assume presidência da ZOPACAS e reforça prioridade africana no Atlântico Sul. O Brasil sediou, no Rio de Janeiro, a IX Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e assumiu a presidência de turno do mecanismo para o triênio subsequente. O encontro reuniu países africanos e sul-americanos banhados pelo Atlântico Sul e resultou na adoção de declarações voltadas ao fortalecimento da cooperação regional. A agenda priorizou a reafirmação do Atlântico Sul como espaço livre de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa, bem como a ampliação da coordenação em temas como segurança marítima, combate a ilícitos transnacionais, governança dos oceanos, proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. O evento também reforçou o compromisso dos membros em evitar a projeção de rivalidades extrarregionais sobre o espaço atlântico sulino, preservando-o como zona de estabilidade e cooperação. **Relevância para o CACD:** Trata-se de tema clássico e recorrente da Política Externa Brasileira, diretamente relacionado à construção do Atlântico Sul como espaço estratégico prioritário para o Brasil. A ZOPACAS articula dimensões centrais cobradas na prova: cooperação Sul-Sul, relações Brasil-África, segurança marítima, não proliferação nuclear e defesa do multilateralismo regional. Além disso, o tema permite explorar a tradição diplomática brasileira de promoção da paz, da solução pacífica de controvérsias e da resistência à militarização do entorno estratégico, bem como discutir a competição geopolítica no Atlântico Sul e os esforços brasileiros para limitar a influência de potências extrarregionais.

9 abr

Brasil defende Atlântico Sul livre de guerras e tensões. Durante a IX Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), o chanceler Mauro Vieira reafirmou que o mecanismo constitui prioridade estratégica da política externa brasileira. Em suas declarações, destacou o papel da ZOPACAS como instrumento de articulação entre países sul-americanos e africanos banhados pelo Atlântico Sul, com vistas à promoção da estabilidade regional. A Agência Brasil lembrou que a iniciativa foi criada em 1986 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em contexto de Guerra Fria, com o objetivo de evitar a

militarização da região e assegurar sua condição de zona livre de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa. O encontro reforçou, ainda, o compromisso dos Estados-membros com a cooperação em segurança marítima, governança oceânica e desenvolvimento sustentável. **Relevância para o CACD:** O tema articula elementos centrais da Política Externa Brasileira e do Direito Internacional contemporâneo, como a atuação no âmbito da ONU, a promoção de zonas livres de armas nucleares e o fortalecimento de regimes regionais de segurança. Permite explorar a inserção do Brasil no Atlântico Sul, suas relações com países africanos e sua tradição diplomática de defesa da paz, da não intervenção e da solução pacífica de controvérsias. Além disso, abre espaço para discutir o papel de mecanismos regionais na contenção da projeção de poder de potências extrarregionais e na construção de uma ordem internacional mais cooperativa.

14 abr

África do Sul nomeia Roelf Meyer como embaixador nos EUA. O presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, nomeou Roelf Meyer como novo embaixador da África do Sul em Washington. Meyer ganhou projeção internacional por seu papel decisivo nas negociações que levaram ao fim do regime do apartheid e à transição democrática no país. A escolha ocorre em um contexto de deterioração das relações bilaterais entre África do Sul e Estados Unidos, marcado por divergências políticas e críticas mútuas, especialmente no âmbito da política externa e de posicionamentos internacionais. A nomeação sinaliza uma tentativa de reaproximação diplomática por meio de uma figura com forte capital político e simbólico, associada ao diálogo, à reconciliação e à construção de consensos. **Relevância para o CACD:** O episódio permite analisar as dinâmicas contemporâneas das relações entre Estados Unidos e países africanos, em especial no contexto de tensões geopolíticas e disputas por influência no Sul Global. Também mobiliza temas clássicos, como a diplomacia pós-apartheid da África do Sul, o papel de lideranças históricas na projeção internacional do país e o uso estratégico de nomeações diplomáticas como instrumento de política externa. Ademais, possibilita discutir padrões de relacionamento Norte-Sul, autonomia relativa de potências médias e a importância do simbolismo político na recomposição de relações bilaterais.

21 abr

Ecobank negocia liquidação em yuan com Banco da China. O Ecobank, instituição financeira com atuação em mais de 30 países africanos, iniciou negociações com o Banco da China para ampliar a utilização do yuan em operações de comércio e liquidação financeira no continente. A iniciativa insere-se em um movimento mais amplo de países africanos para reduzir custos de transação associados ao uso do dólar, especialmente em pagamentos intrarregionais e em transações com parceiros externos. Paralelamente, a medida está alinhada à estratégia da China de internacionalizar sua moeda e ampliar sua presença no sistema financeiro global, em especial em regiões onde já exerce forte influência econômica por meio de comércio, investimentos e financiamento de infraestrutura. A eventual ampliação do uso do

yuan pode contribuir para reconfigurar padrões monetários nas relações econômicas África–Ásia. **Relevância para o CACD:** O tema dialoga diretamente com debates contemporâneos sobre desdolarização, multipolaridade financeira e transformação do sistema monetário internacional. Permite explorar a crescente inserção da China na África, não apenas em termos comerciais e produtivos, mas também financeiros e institucionais. Além disso, conecta-se à cooperação Sul-Sul, à autonomia econômica de países africanos e às disputas geoeconômicas por influência no continente. Para a prova, é especialmente relevante para articular conceitos de economia internacional com política internacional, evidenciando como instrumentos financeiros podem ser utilizados como vetor de poder e projeção internacional.

27 abr

Rússia confirma retirada do Africa Corps de Kidal, no Mali. O Africa Corps confirmou a retirada de suas tropas da cidade de Kidal, no norte do Mali, após intensos confrontos com grupos rebeldes tuaregues e organizações jihadistas associadas à Al-Qaeda. A região de Kidal, historicamente instável, constitui um dos principais focos de insurgência no Sahel, marcada por disputas entre o governo central, movimentos separatistas e grupos extremistas. A retirada ocorre em um contexto mais amplo de reconfiguração da presença externa no Mali, caracterizado pela redução da atuação militar francesa e pela crescente inserção russa no país, por meio de estruturas paramilitares e acordos de cooperação em segurança com o governo de transição. **Relevância para o CACD:** O episódio permite analisar a dinâmica de segurança no Sahel, uma das regiões mais instáveis do sistema internacional contemporâneo, e a crescente competição geopolítica entre potências externas na África. Destaca-se a substituição progressiva da influência francesa por atores ligados à Rússia, bem como o papel de forças paramilitares na projeção de poder e na condução de operações de segurança. O tema também mobiliza conceitos importantes para a prova, como fragilidade estatal, terrorismo transnacional, insurgência, soberania e limites da intervenção externa, além de evidenciar os desafios enfrentados por Estados africanos na consolidação de governança e estabilidade.

28 abr

China amplia tarifa zero para países africanos com relações diplomáticas. China anunciou a implementação de tarifa zero para importações provenientes de países africanos com os quais mantém relações diplomáticas formais, com entrada em vigor a partir de 1º de maio. A medida abrange 53 países do continente e insere-se na estratégia chinesa de aprofundar vínculos comerciais e fortalecer parcerias no âmbito do Sul Global. Na prática, a política exclui Eswatini, único Estado africano que mantém relações diplomáticas com Taiwan, evidenciando o uso de instrumentos econômicos como mecanismo de pressão diplomática. A iniciativa amplia o acesso preferencial de produtos africanos ao mercado chinês e reforça a posição da China como parceiro central para o desenvolvimento e a inserção internacional de economias

africanas. **Relevância para o CACD:** O tema é exemplar para analisar a diplomacia econômica chinesa na África, combinando comércio preferencial, condicionalidades políticas e projeção de poder no Sul Global. Permite discutir a política de “Uma Só China” e o isolamento internacional de Taiwan, bem como o uso de incentivos comerciais como instrumento de reconhecimento diplomático. Além disso, conecta-se a debates sobre assimetrias nas relações China–África, dependência econômica, diversificação de parceiros e competição geopolítica com os Estados Unidos. Trata-se de tema altamente provável, pois articula dimensões centrais de política internacional, economia internacional e estratégia global contemporânea.

30 abr

Kremlin afirma que forças russas permanecerão no Mali. Após uma série de ataques coordenados no norte do Mali — que resultaram na morte do ministro da Defesa e expuseram fragilidades operacionais das forças locais e de seus aliados —, o Kremlin afirmou que continuará prestando apoio ao governo militar maliano no combate a grupos extremistas atuantes na região. Os ataques, atribuídos a organizações jihadistas com presença consolidada no Sahel, evidenciam a persistência da instabilidade e a dificuldade de controle territorial por parte do Estado. A declaração russa ocorre em um contexto de aprofundamento da cooperação em segurança entre Moscou e Bamako, após o progressivo afastamento de parceiros ocidentais, especialmente a França, e a reconfiguração das alianças externas do país. **Relevância para o CACD:** O caso é ilustrativo das transformações recentes na arquitetura de segurança do Sahel, marcada pela retração de potências ocidentais e pela maior atuação de atores como a Rússia. Permite discutir temas centrais de Política Internacional, como soberania, legitimidade de governos militares, externalização da segurança e limites da atuação de potências extrarregionais como provedoras de estabilidade. Além disso, evidencia os desafios estruturais enfrentados por Estados frágeis na contenção do terrorismo e da insurgência, bem como os riscos de dependência em relação a parcerias de segurança assimétricas.

30 abr

EUA sancionam Joseph Kabila por apoio ao M23 na RDC. Os Estados Unidos anunciaram a imposição de sanções ao ex-presidente da República Democrática do Congo, Joseph Kabila, sob a acusação de apoio financeiro e político ao grupo rebelde AFC/M23, organização armada ativa no leste congolês e frequentemente associada ao Ruanda. Washington sustenta que tal apoio contribui para a desestabilização de uma das regiões mais voláteis do continente africano, marcada por conflitos prolongados, disputas por recursos minerais estratégicos e recorrentes crises humanitárias. As sanções integram um esforço mais amplo de pressão diplomática e econômica para conter a escalada de violência na região dos Grandes Lagos e responsabilizar atores considerados desestabilizadores. **Relevância para o CACD:** O tema é central para a compreensão das dinâmicas de conflito na África dos Grandes Lagos,

envolvendo rivalidades interestatais, grupos armados não estatais e disputas por minerais críticos, como coltan e cobalto. Permite explorar instrumentos de política externa, como sanções econômicas, bem como o papel dos Estados Unidos na mediação e contenção de conflitos regionais. Além disso, mobiliza conceitos-chave para a prova, como soberania, intervenção indireta, segurança internacional, economia política dos recursos naturais e deslocamentos forçados, evidenciando a complexidade dos conflitos contemporâneos no continente africano.

30 abr

Corredor do Lobito busca financiamento internacional. A Africa Finance Corporation iniciou negociações com bancos africanos e internacionais para captar entre US\$ 3 bilhões e US\$ 5 bilhões destinados ao financiamento do Corredor do Lobito, projeto estratégico de infraestrutura logística que visa conectar áreas produtoras de minerais no interior do continente ao litoral atlântico. O corredor permitirá o escoamento de cobre e cobalto provenientes da Zâmbia e da República Democrática do Congo até o porto de Lobito, em Angola. A iniciativa conta com apoio dos Estados Unidos e insere-se em esforços mais amplos de diversificação de rotas logísticas e de fortalecimento de cadeias de suprimento de minerais críticos, reduzindo dependências estruturais e ampliando a integração regional africana. **Relevância para o CACD:** O tema articula dimensões centrais da geoeconomia contemporânea, especialmente no que se refere à disputa por minerais críticos essenciais à transição energética global, como cobre e cobalto. Permite analisar a crescente importância da África nas cadeias produtivas estratégicas, bem como a atuação de grandes potências — notadamente Estados Unidos e China — na competição por influência econômica e infraestrutura no continente. Além disso, conecta-se a temas recorrentes como integração regional africana, financiamento do desenvolvimento, corredores logísticos e reconfiguração das rotas comerciais globais, sendo altamente provável em provas por sua transversalidade entre Política Internacional, Economia e Geografia.

PAÍSES ASIÁTICOS

9 abr

Brasil-China: Justiça retira temporariamente BYD da “lista suja” do trabalho escravo. Reportagem da Reuters noticiou que a Justiça do Trabalho brasileira concedeu decisão liminar suspendendo, de forma provisória, a inclusão da montadora chinesa BYD na chamada “lista suja” do trabalho escravo. A controvérsia teve origem em denúncias envolvendo trabalhadores chineses empregados em obras vinculadas à empresa na Bahia, com alegações de condições laborais degradantes e possíveis irregularidades contratuais. A decisão judicial não afasta o mérito das acusações, mas interrompe temporariamente os efeitos administrativos da inclusão, evidenciando a complexidade do caso, que envolve não apenas a apuração de responsabilidades, mas também a interface entre legislação trabalhista brasileira, práticas

empresariais transnacionais e fluxos migratórios de mão de obra. **Relevância para o CACD:** O tema é particularmente rico para a prova por articular dimensões jurídicas, econômicas e de política internacional. Em primeiro lugar, insere-se no debate sobre os limites e condicionantes à atração de investimento estrangeiro direto, especialmente de origem chinesa, em setores estratégicos como o de veículos elétricos. Em segundo lugar, evidencia a crescente importância de mecanismos de **due diligence** e de responsabilidade social corporativa nas cadeias globais de valor, com impactos diretos sobre a reputação internacional das empresas e dos países receptores. Ademais, o caso projeta questões relativas à imagem externa do Brasil, sobretudo no que concerne ao combate ao trabalho análogo à escravidão — pauta sensível em negociações comerciais e em regimes internacionais de direitos humanos. Por fim, conecta-se à tensão entre soberania regulatória nacional e interesses econômicos internacionais, bem como à necessidade de compatibilizar desenvolvimento econômico com padrões laborais e normativos globalmente aceitos.

11 abr

Brasil-China: investimento chinês muda de infraestrutura para consumo no Brasil. Reportagem da Reuters destacou uma inflexão qualitativa no padrão do investimento chinês no Brasil. Após um ciclo anterior marcado por aportes concentrados em infraestrutura pesada (portos, energia e obras de grande escala), observa-se uma crescente diversificação para setores voltados ao consumo interno, como varejo, serviços, tecnologia e mobilidade elétrica. Esse movimento acompanha a própria transformação do modelo econômico chinês — mais orientado à inovação e ao consumo — e a busca por inserção direta nos mercados consumidores estrangeiros. A entrada da rede de bebidas e sorvetes Mixue em São Paulo foi apresentada como um símbolo dessa nova etapa, em que empresas chinesas deixam de atuar apenas como financiadoras ou construtoras e passam a disputar espaço no cotidiano do consumidor brasileiro, com marcas próprias e estratégias de mercado mais agressivas. **Relevância para o CACD:** O tema dialoga diretamente com transformações estruturais da ordem econômica internacional e com a política externa brasileira. Em primeiro lugar, evidencia a centralidade da China como principal parceiro comercial do Brasil, agora ampliada para dimensões de investimento e presença empresarial direta. Em segundo lugar, ilustra o avanço da internacionalização de empresas chinesas, com foco em setores de maior valor agregado e proximidade com o consumidor final. Além disso, levanta debates sobre dependência econômica, transferência tecnológica e competição com empresas nacionais. No plano geopolítico, insere-se na disputa estratégica entre Estados Unidos e China por influência na América Latina, especialmente em áreas sensíveis como tecnologia, infraestrutura digital e transição energética (veículos elétricos). Trata-se, portanto, de tema transversal, com alta probabilidade de incidência nas provas de Política Internacional e Economia do CACD.

11 abr

China–Filipinas: disputa no Mar do Sul da China se agrava com acusação sobre cianeto. Segundo a Reuters, autoridades filipinas relataram a apreensão de substâncias tóxicas, incluindo cianeto, em embarcações chinesas que operavam em área disputada no Mar do Sul da China. A denúncia sugere o uso de métodos ilegais de pesca, com potencial impacto ambiental significativo sobre recifes e ecossistemas marinhos. O episódio elevou a tensão bilateral entre Filipinas e China, já marcada por disputas territoriais e incidentes recorrentes na região. Além da dimensão ambiental, o caso insere-se em um contexto mais amplo de competição por recursos marinhos e controle de áreas estratégicas, com crescente presença de embarcações estatais e paraestatais chinesas em zonas reivindicadas por países do Sudeste Asiático. **Relevância para o CACD:** O episódio reúne múltiplos temas centrais para a prova de Política Internacional. Em primeiro lugar, conecta-se ao direito do mar, especialmente à aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) em disputas territoriais e zonas econômicas exclusivas. Em segundo lugar, envolve questões de soberania e exploração de recursos naturais, com destaque para a pesca e a segurança ambiental. Ademais, evidencia a militarização gradual de disputas marítimas, com o uso de embarcações civis e paraestatais como instrumentos de projeção de poder. Por fim, o caso ilustra a contestação regional à presença chinesa no Mar do Sul da China e a crescente importância do Indo-Pacífico como espaço de rivalidade estratégica, tema recorrente e de alta probabilidade no CACD.

20 abr

Índia–Coreia do Sul: meta de dobrar comércio bilateral para US\$ 50 bilhões. Segundo reportagem da Reuters, Índia e Coreia do Sul anunciaram, em abril de 2026, um plano abrangente para aprofundar a cooperação econômica bilateral, com foco em setores estratégicos como energia, minerais críticos, construção naval, semicondutores e siderurgia. A iniciativa prevê não apenas a ampliação do comércio, com meta de alcançar US\$ 50 bilhões até 2030, mas também o fortalecimento de investimentos recíprocos, transferência de tecnologia e integração produtiva. O acordo reflete um esforço coordenado para reduzir vulnerabilidades em cadeias de suprimento consideradas sensíveis — especialmente no contexto de semicondutores e insumos para a transição energética — e para consolidar uma parceria industrial mais sofisticada, capaz de gerar maior valor agregado e resiliência econômica frente a choques externos. **Relevância para o CACD:** O tema é altamente estratégico e dialoga com tendências centrais da economia política internacional contemporânea. Em primeiro lugar, evidencia a reorganização das cadeias produtivas asiáticas, com crescente preocupação em diversificar fornecedores e reduzir dependências excessivas, sobretudo em relação à China. Em segundo lugar, destaca a importância geopolítica dos minerais críticos e dos semicondutores, insumos essenciais tanto para a economia digital quanto para a transição energética. Ademais, o caso ilustra a estratégia indiana de se posicionar como alternativa industrial e tecnológica na Ásia, atraindo investimentos e ampliando sua

inserção global. Para o CACD, permite explorar conceitos como segurança econômica, regionalização produtiva, competição tecnológica e novas formas de cooperação bilateral em um cenário de rivalidade entre grandes potências.

21 abr

Japão–Filipinas: Tóquio avalia convite de visita de Estado a Marcos Jr. Segundo a Reuters, o governo japonês avaliou convidar o presidente filipino Ferdinand Marcos Jr. para uma visita de Estado, em um contexto de aprofundamento da cooperação bilateral em matéria de segurança. A iniciativa reflete a convergência de interesses entre Tóquio e Manila diante da crescente assertividade chinesa no Mar do Sul da China, especialmente em áreas disputadas com as Filipinas. Nos últimos anos, Japão e Filipinas têm intensificado o diálogo estratégico, ampliado exercícios conjuntos e discutido mecanismos de cooperação em defesa, incluindo transferência de equipamentos e apoio à capacitação marítima. O possível convite simboliza a elevação do nível político dessa parceria e a consolidação de vínculos mais estreitos no plano diplomático e securitário. **Relevância para o CACD:** O caso ilustra a formação de arranjos de segurança no Indo-Pacífico em resposta à ascensão chinesa, evidenciando a aproximação entre aliados e parceiros dos Estados Unidos na região. Também permite analisar o processo de “normalização” do papel estratégico do Japão, que vem ampliando sua atuação em defesa e segurança regional, reinterpretando limitações históricas de sua política externa pós-Segunda Guerra Mundial. Ademais, o episódio contribui para compreender a construção de redes de contenção à China, baseadas em cooperação bilateral e minilateral, complementares às alianças tradicionais. Para o CACD, oferece subsídios para discutir equilíbrio de poder, segurança regional, alianças estratégicas e a crescente centralidade do Indo-Pacífico na geopolítica contemporânea.

22 abr

Coreia do Sul–Vietnã: cooperação em energia nuclear, chips e IA. De acordo com reportagem da Reuters, durante visita oficial a Hanói, o presidente sul-coreano Lee Jae Myung e o líder vietnamita To Lam avançaram nas tratativas para ampliar a cooperação bilateral em setores de alta complexidade tecnológica, incluindo energia nuclear, semicondutores e inteligência artificial. As conversas também enfatizaram a expansão dos investimentos sul-coreanos no Vietnã, país que já se consolidou como importante destino de empresas industriais e tecnológicas da Coreia do Sul. A iniciativa insere-se em uma estratégia mais ampla de aprofundamento da integração produtiva entre os dois países, com vistas a fortalecer cadeias de valor regionais, ampliar a transferência tecnológica e reduzir vulnerabilidades associadas à concentração produtiva em poucos mercados. **Relevância para o CACD:** O tema é particularmente relevante para compreender a reconfiguração industrial e tecnológica do Sudeste Asiático. O Vietnã emerge como plataforma produtiva estratégica, beneficiando-se de custos competitivos, estabilidade relativa e inserção em acordos comerciais, o que atrai investimentos de

economias avançadas como a Coreia do Sul. Ao mesmo tempo, evidencia-se a estratégia sul-coreana de diversificação de suas cadeias produtivas, especialmente em setores sensíveis como semicondutores, em resposta às tensões geopolíticas e à competição tecnológica global. Para o CACD, o caso permite discutir temas como regionalização produtiva, transferência de tecnologia, segurança econômica, além da crescente centralidade do Indo-Pacífico na economia internacional e na disputa entre grandes potências.

28 abr

China–Índia: ministros da Defesa discutem segurança regional à margem da OCX. Segundo a Reuters, os ministros da Defesa de China e Índia se reuniram à margem de um encontro da Organização de Cooperação de Xangai (OCX) para discutir temas sensíveis de segurança regional e relações militares bilaterais. O diálogo ocorre em um contexto marcado por tensões recorrentes ao longo da fronteira himalaia, onde episódios de atrito entre tropas dos dois países continuam a gerar preocupação. Apesar dessas divergências, a reunião evidencia a manutenção de canais diplomático-militares abertos, com o objetivo de evitar escaladas e promover mecanismos de gestão de crises. Ao mesmo tempo, revela a complexidade da relação sino-indiana, que combina rivalidade estratégica com participação conjunta em fóruns multilaterais. **Relevância para o CACD:** Trata-se de tema clássico e recorrente nas provas de Política Internacional. A relação entre China e Índia exemplifica um padrão central da ordem internacional contemporânea: a coexistência entre competição geopolítica e cooperação institucional. O caso permite explorar a disputa territorial na região do Himalaia, os limites da confiança estratégica entre potências emergentes e o papel de fóruns como a OCX e os BRICS na mediação de interesses divergentes. Além disso, contribui para a compreensão do equilíbrio de poder na Ásia e da crescente centralidade do Indo-Pacífico como espaço de rivalidade entre grandes atores. Para o CACD, oferece base para discutir conceitos como segurança regional, multipolaridade, gestão de conflitos e diplomacia preventiva.

29 abr

Austrália–China: Pequim aceita cooperar em exportações de combustível de aviação. De acordo com a Reuters, a chanceler australiana Penny Wong afirmou que a China manifestou disposição para cooperar com empresas australianas na viabilização de embarques de combustível de aviação, em um cenário internacional marcado por tensões energéticas decorrentes da crise no Oriente Médio. A iniciativa ocorre apesar do histórico recente de atritos políticos e comerciais entre Camberra e Pequim, indicando uma reaproximação pragmática em áreas de interesse mútuo. A cooperação reflete a necessidade de garantir estabilidade nas cadeias de suprimento energético, sobretudo em um momento de volatilidade nos mercados globais, em que interrupções logísticas e elevação de preços impactam diretamente setores estratégicos como o de transporte aéreo. **Relevância para o CACD:** O caso é ilustrativo do pragmatismo que frequentemente orienta as relações internacionais, mesmo entre países que

enfrentam tensões políticas. Para o CACD, permite analisar a interdependência energética e a importância da segurança de suprimentos em um contexto de instabilidade geopolítica, especialmente no Oriente Médio. Além disso, evidência como choques externos — como crises regionais — podem reconfigurar temporariamente padrões de cooperação bilateral, aproximando atores com interesses convergentes. O episódio também contribui para discutir a inserção da Austrália no Indo-Pacífico, sua relação ambígua com a China (principal parceiro comercial e, ao mesmo tempo, rival estratégico) e os efeitos globais das disputas energéticas sobre rotas, preços e decisões diplomáticas.

30 abr

China–Filipinas: patrulhas chinesas perto de Scarborough Shoal durante exercícios militares. De acordo com a Reuters, a China realizou patrulhas navais e aéreas nas proximidades de Scarborough Shoal, área estratégica e disputada no Mar do Sul da China, simultaneamente à realização de exercícios militares conjuntos entre Filipinas, Estados Unidos e outros aliados. A movimentação chinesa foi interpretada como demonstração de força e tentativa de reafirmação de suas reivindicações territoriais, enquanto Manila reiterou a rejeição dessas pretensões, com base no direito internacional. O episódio evidencia a crescente militarização da região e a intensificação de ações coordenadas entre potências externas e países do Sudeste Asiático, em um contexto de disputas persistentes por soberania, recursos e controle de rotas marítimas. **Relevância para o CACD:** Trata-se de um dos casos mais emblemáticos da geopolítica contemporânea no Indo-Pacífico. O episódio permite abordar a tensão entre a ordem jurídica internacional — especialmente a UNCLOS e a decisão arbitral de 2016 favorável às Filipinas — e a projeção de poder por parte da China, que busca consolidar controle de fato sobre áreas disputadas. Além disso, evidencia o papel dos Estados Unidos e de seus aliados na estratégia de contenção chinesa, por meio de exercícios militares conjuntos e defesa da liberdade de navegação. Para o CACD, o tema é central para discutir conceitos como equilíbrio de poder, alianças militares, direito do mar, disputas territoriais e militarização de espaços estratégicos, sendo altamente recorrente em provas de Política Internacional.

30 abr

Brasil–China/Índia: Petrobras zera exportações de petróleo aos EUA e concentra vendas na Ásia. Reportagem da Reuters indicou que a Petrobras deixou de exportar petróleo aos Estados Unidos no primeiro trimestre de 2026, promovendo uma reconfiguração significativa de seus fluxos comerciais. O escoamento da produção passou a se concentrar majoritariamente no mercado asiático, com a China absorvendo cerca de 62% das exportações da estatal e a Índia, aproximadamente 15%. Essa mudança reflete não apenas decisões comerciais da empresa, mas também transformações mais amplas no mercado global de energia, incluindo alterações na demanda internacional, ajustes logísticos e impactos indiretos de tensões geopolíticas — especialmente no Oriente Médio — sobre preços e rotas marítimas. O movimento evidencia, ainda, a crescente integração do Brasil às

dinâmicas energéticas asiáticas, em detrimento de mercados tradicionais como o norte-americano. **Relevância para o CACD:** O caso ilustra, de forma clara, a reorientação geoeconômica do comércio internacional de commodities energéticas, com deslocamento do eixo dinâmico para a Ásia. Para o CACD, trata-se de tema transversal que articula Política Internacional e Economia: evidencia a centralidade de China e Índia como polos de demanda energética, reforça a inserção do Brasil como exportador relevante no mercado global de petróleo e revela a crescente interdependência entre fluxos comerciais e fatores geopolíticos. Além disso, permite explorar os impactos de crises no Oriente Médio sobre cadeias de suprimento, preços internacionais e decisões estratégicas de empresas estatais. Por fim, o episódio contribui para a compreensão da política externa brasileira sob a ótica econômica, sobretudo no que tange à diversificação de parceiros comerciais, à segurança energética e à adaptação a um cenário internacional marcado por maior competição entre grandes potências.

PAÍSES EUROPEUS E UNIÃO EUROPEIA

17 abr

Brasil e Espanha fecham acordos em transporte aéreo, telecomunicações e minerais críticos. Brasil e Espanha realizaram, em Barcelona, a I Cúpula bilateral, marco de institucionalização do diálogo político de alto nível entre os dois países. Na ocasião, foram firmados acordos em setores estratégicos, como transporte aéreo — com potencial de ampliação da conectividade e do fluxo econômico —, telecomunicações — com ênfase em inovação e infraestrutura digital —, e minerais críticos, área diretamente vinculada às cadeias globais da transição energética e da indústria de alta tecnologia. No plano político, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Pedro Sánchez reafirmaram o compromisso com o multilateralismo, a defesa da ordem internacional baseada em regras e a necessidade de fortalecimento das instituições internacionais. Ademais, destacaram a importância do acordo Mercosul–União Europeia como instrumento de aprofundamento das relações econômicas birregionais e de diversificação de parcerias comerciais. **Relevância para o CACD:** A notícia mobiliza diversos eixos centrais da prova, sobretudo no campo da Política Internacional e da Economia. Em primeiro lugar, evidencia a consolidação da relação Brasil–Espanha como parceria estratégica no âmbito da União Europeia, reforçando a dimensão política e econômica do diálogo bilateral. Em segundo lugar, insere o Brasil no debate contemporâneo sobre minerais críticos, tema diretamente associado à geopolítica da transição energética, à segurança de cadeias produtivas e à disputa tecnológica global. Em terceiro lugar, destaca a agenda de transformação digital e inovação, essencial para compreender a inserção do país na economia do conhecimento. Por fim, a menção ao acordo Mercosul–União Europeia conecta-se a temas recorrentes no CACD, como integração regional, liberalização comercial, protecionismo regulatório e autonomia estratégica, além

de ilustrar a estratégia brasileira de diversificação de parceiros e fortalecimento do multilateralismo econômico.

18 abr

Lula participa do Fórum de Defesa da Democracia em Barcelona. Durante participação em evento internacional em Barcelona, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva proferiu discurso centrado na defesa do multilateralismo e na crítica à escalada de conflitos armados contemporâneos. O mandatário enfatizou que guerras em curso — ainda que motivadas por disputas geopolíticas e estratégicas entre Estados — produzem impactos desproporcionais sobre populações vulneráveis, especialmente em países em desenvolvimento. Nesse sentido, destacou a necessidade de fortalecimento das instituições multilaterais, da diplomacia preventiva e de mecanismos de resolução pacífica de controvérsias, reiterando a tradição brasileira de valorização do diálogo, da negociação e do direito internacional como instrumentos de manutenção da paz. **Relevância para o CACD:** O episódio dialoga diretamente com princípios estruturantes da política externa brasileira, como o multilateralismo, a solução pacífica de controvérsias e a centralidade do direito internacional. Além disso, permite explorar temas recorrentes no CACD, como governança global, crise das instituições multilaterais, desigualdades internacionais e os efeitos distributivos dos conflitos armados. A fala também reforça a dimensão normativa da atuação externa do Brasil, especialmente no que se refere à defesa da democracia e dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que evidencia o reposicionamento do país como ator engajado em debates globais sobre paz e segurança. Por fim, insere-se no contexto das relações Brasil-Espanha e, de forma mais ampla, do diálogo político com a União Europeia, destacando a importância desses espaços como fóruns de concertação diplomática.

19 abr

Brasil e Alemanha defendem cooperação Brasil-UE e acordo Mercosul-União Europeia. Na abertura da Feira Industrial de Hannover — um dos principais eventos globais voltados à indústria e à inovação tecnológica — o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o então líder político alemão Friedrich Merz destacaram a importância do aprofundamento da cooperação entre Brasil e Alemanha, bem como entre o Brasil e a União Europeia. O encontro evidenciou a convergência de interesses em áreas como reindustrialização, transição energética, digitalização e fortalecimento de cadeias produtivas resilientes. Ambos os líderes também saudaram a entrada em vigor provisória do acordo Mercosul-União Europeia, prevista para 1º de maio, ressaltando seu potencial para ampliar fluxos comerciais, investimentos e integração econômica entre as duas regiões, em um contexto internacional marcado por tensões comerciais e reconfiguração das cadeias globais de valor. **Relevância para o CACD:** A notícia mobiliza temas centrais da prova, sobretudo na interseção entre Política Internacional e Economia. Em primeiro lugar, reforça a relevância das relações Brasil-Alemanha, tradicional parceiro estratégico do Brasil na Europa, com destaque para cooperação industrial, tecnológica e ambiental. Em segundo lugar, insere-se no

debate sobre o acordo Mercosul–União Europeia, um dos temas mais recorrentes no CACD, permitindo explorar questões como liberalização comercial, barreiras não tarifárias, padrões regulatórios e assimetrias econômicas entre os blocos. Em terceiro lugar, evidencia o papel da União Europeia na estratégia brasileira de diversificação de parcerias, em meio à crescente rivalidade entre grandes potências e à busca por maior autonomia estratégica. Por fim, o contexto da feira industrial permite discutir tendências estruturais da economia internacional, como a digitalização da indústria (Indústria 4.0), a transição energética e a reorganização das cadeias globais de valor, todos temas de alta probabilidade na prova.

20 abr

Alemanha destaca potencial brasileiro em minerais críticos e tecnologia. Em diálogo bilateral, o líder alemão Friedrich Merz destacou o potencial do Brasil para ampliar sua participação na oferta global de metais críticos — insumos essenciais para a transição energética, especialmente em setores como mobilidade elétrica e geração eólica. Em resposta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o Brasil não pretende se limitar ao papel tradicional de exportador de commodities minerais, defendendo uma estratégia voltada à agregação de valor, ao desenvolvimento tecnológico e à internalização de etapas mais sofisticadas das cadeias produtivas. O posicionamento brasileiro também incluiu a ampliação da cooperação internacional em áreas estratégicas, como indústria de defesa e inovação, indicando uma abordagem mais abrangente de política industrial e inserção internacional.

Relevância para o CACD: Trata-se de um tema altamente provável, por articular dimensões centrais da geoeconomia contemporânea. Em primeiro lugar, a discussão sobre minerais críticos insere-se no contexto da transição energética e da reconfiguração das cadeias globais de valor, em que países detentores de recursos naturais ganham relevância estratégica. Em segundo lugar, a posição brasileira remete a debates clássicos do desenvolvimento, como industrialização, dependência e neodesenvolvimentismo, ao enfatizar a necessidade de superar a especialização primário-exportadora. Em terceiro lugar, a menção à cooperação tecnológica e em defesa evidencia a crescente interseção entre economia, segurança e inovação, característica do cenário internacional atual. Por fim, o episódio permite explorar a disputa entre grandes potências e blocos econômicos por acesso a recursos estratégicos, bem como as estratégias de países emergentes — como o Brasil — para maximizar ganhos de inserção internacional em um ambiente marcado por competição geoeconômica.

20 abr

Alemanha anuncia cerca de € 700 milhões para iniciativas verdes no Brasil. Durante a visita oficial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Alemanha, foi anunciado, com base em informações do BNDES, o compromisso alemão de aportar cerca de € 700 milhões em iniciativas voltadas à agenda climática e à mobilidade sustentável no Brasil. Desse montante, aproximadamente € 500 milhões serão destinados a fundos climáticos — com foco em

mitigação de emissões, preservação ambiental e financiamento de projetos sustentáveis —, enquanto € 200 milhões serão aplicados em iniciativas de mobilidade urbana sustentável, incluindo transporte de baixa emissão e infraestrutura associada. A medida insere-se no contexto de intensificação da cooperação bilateral em temas ambientais e de desenvolvimento sustentável, além de refletir o papel crescente de instrumentos financeiros públicos e de parcerias internacionais na promoção da transição ecológica.

Relevância para o CACD: A notícia articula temas centrais da agenda contemporânea e recorrentes no CACD. Em primeiro lugar, destaca o financiamento climático como eixo estruturante da governança ambiental global, permitindo discutir instrumentos como fundos verdes, cooperação Norte-Sul e responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Em segundo lugar, evidencia o papel de bancos públicos de desenvolvimento — como o BNDES — na operacionalização de políticas de transição energética e sustentabilidade, tema relevante para a interseção entre economia e política internacional. Em terceiro lugar, reforça a importância da parceria Brasil-Alemanha, tradicionalmente marcada pela cooperação ambiental e tecnológica, sobretudo em áreas como energias renováveis e conservação florestal. Por fim, o episódio insere-se na diplomacia ambiental brasileira, permitindo analisar a estratégia do país de captar recursos externos para projetos sustentáveis, ao mesmo tempo em que busca fortalecer sua posição nas negociações climáticas internacionais.

20 abr

III Consultas Intergovernamentais de Alto Nível Brasil-Alemanha. Brasil e Alemanha realizaram, em Hannover, a terceira rodada das Consultas Intergovernamentais de Alto Nível, mecanismo institucionalizado de coordenação político-diplomática que reúne chefes de governo e ministros de diversas pastas com o objetivo de aprofundar a cooperação bilateral. O formato permite a articulação simultânea de agendas múltiplas — como indústria, inovação tecnológica, transição energética, defesa e meio ambiente — conferindo maior coerência e previsibilidade às relações entre os dois países. A realização periódica dessas consultas sinaliza o elevado grau de institucionalização do diálogo bilateral e reforça o caráter estratégico da parceria Brasil-Alemanha no contexto europeu e global.

Relevância para o CACD: O tema é relevante para a compreensão de instrumentos contemporâneos de diplomacia presidencial e de coordenação intergovernamental, cada vez mais utilizados para aprofundar parcerias estratégicas. Permite explorar a ideia de institucionalização das relações internacionais, elemento central para a previsibilidade e continuidade da política externa. Além disso, evidencia a centralidade da Alemanha como parceiro do Brasil na Europa, sobretudo em áreas como indústria, inovação e sustentabilidade, o que se conecta a debates sobre reindustrialização, economia verde e cooperação tecnológica. Por fim, o episódio dialoga com temas mais amplos de governança global e multilateralismo, ao demonstrar como parcerias bilaterais estruturadas podem complementar a atuação em fóruns multilaterais.

21 abr

Lula defende atuação de empresas brasileiras em Portugal e trata da comunidade brasileira. Durante visita oficial a Portugal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a ampliação da presença de empresas brasileiras no mercado português, destacando o potencial de aprofundamento dos vínculos econômicos bilaterais em áreas como serviços, tecnologia e investimentos. A agenda também contemplou a situação da comunidade brasileira em Portugal — estimada em mais de 500 mil pessoas —, com ênfase em temas como integração social, regularização migratória e garantia de direitos. O diálogo entre os governos refletiu a centralidade das relações histórico-culturais entre os dois países, ao mesmo tempo em que buscou atualizar a parceria para os desafios contemporâneos da economia global e da mobilidade internacional. **Relevância para o CACD:** A notícia mobiliza temas recorrentes no CACD, especialmente no âmbito das relações Brasil–Portugal e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), permitindo discutir dimensões históricas, culturais e políticas da cooperação lusófona. Além disso, destaca a importância da diáspora brasileira como elemento da política externa, abrindo espaço para análise de temas como migrações internacionais, proteção consular e diplomacia voltada a nacionais no exterior. No campo econômico, a ênfase na internacionalização de empresas brasileiras conecta-se à diplomacia econômica e à busca por diversificação de mercados. Por fim, o episódio ilustra a articulação entre interesses econômicos e sociais na política externa, bem como o papel das relações bilaterais na promoção de desenvolvimento e inserção internacional.

27 abr

Brasil promulga acordo Mercosul–União Europeia antes da aplicação provisória. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto de promulgação do acordo entre o Mercosul e a União Europeia, etapa formal que antecede sua aplicação provisória e sinaliza o avanço concreto do processo de integração econômica entre os dois blocos. O pacto estabelece uma das maiores zonas de livre comércio do mundo, abrangendo 31 países, com população estimada em cerca de 720 milhões de pessoas e Produto Interno Bruto combinado da ordem de US\$ 22 trilhões. O acordo prevê a redução gradual de tarifas, a ampliação do acesso a mercados, além da incorporação de disciplinas relacionadas a serviços, compras governamentais, propriedade intelectual e sustentabilidade, refletindo a complexidade dos acordos comerciais contemporâneos. **Relevância para o CACD:** Trata-se de um dos temas mais recorrentes e prováveis na prova, dada sua natureza transversal entre Política Internacional, Economia e Direito. O acordo Mercosul–União Europeia permite explorar aspectos centrais do comércio internacional, como liberalização tarifária, barreiras não tarifárias e regras da Organização Mundial do Comércio. Além disso, envolve debates sensíveis sobre agricultura, indústria e assimetrias produtivas entre os blocos, bem como tensões relativas a padrões ambientais e sociais — frequentemente associados ao chamado “protecionismo verde”. O tema também é fundamental para compreender a estratégia brasileira de inserção internacional, especialmente no que se refere à diversificação de

	parceiros, ao fortalecimento do Mercosul e à negociação com grandes blocos econômicos. Por fim, ilustra a evolução dos acordos comerciais, que vão além do comércio de bens e incorporam agendas regulatórias, ambientais e tecnológicas.
30 abr	<i>UE e Mercosul iniciam aplicação provisória do acordo em 1º de maio.</i> A União Europeia e o Mercosul avançaram para a implementação provisória do acordo comercial birregional, em movimento que reflete não apenas a busca por maior integração econômica, mas também o reposicionamento estratégico europeu no cenário internacional. O avanço ocorre em um contexto de crescente pressão externa, marcado por disputas comerciais com os Estados Unidos — incluindo a imposição de tarifas e políticas industriais mais protecionistas — e pela elevada dependência europeia em relação à China em cadeias produtivas estratégicas. Nesse sentido, o acordo com o Mercosul é concebido como instrumento de diversificação de parceiros, fortalecimento da resiliência econômica e ampliação do acesso a mercados e recursos, especialmente em setores como agricultura, energia e matérias-primas críticas. Relevância para o CACD: A notícia é exemplar por articular dimensões centrais da geoeconomia contemporânea. Em primeiro lugar, permite explorar o conceito de autonomia estratégica europeia, que orienta a política externa e comercial da União Europeia diante da rivalidade entre grandes potências. Em segundo lugar, insere o acordo Mercosul–UE no contexto mais amplo da competição sistêmica entre Estados Unidos e China, evidenciando como acordos comerciais também funcionam como instrumentos de política estratégica. Em terceiro lugar, destaca a relevância do Mercosul como plataforma de inserção internacional para seus membros, em especial o Brasil, ao ampliar oportunidades de comércio e investimento. Por fim, o episódio permite discutir a política comercial brasileira, incluindo seus objetivos de diversificação de mercados, fortalecimento de blocos regionais e adaptação às novas dinâmicas do comércio internacional, marcadas por maior interseção entre economia, segurança e regulação.
30 abr	<i>Comissão Europeia sinaliza retirada do couro da lei antidesmatamento.</i> A Comissão Europeia sinalizou a intenção de retirar couro, peles e couros crus do escopo da legislação europeia de combate ao desmatamento (EUDR — <i>EU Deforestation Regulation</i>), em resposta à pressão de setores industriais do próprio bloco, que alegam custos regulatórios elevados e dificuldades de rastreabilidade. Apesar dessa flexibilização pontual, a norma manterá exigências rigorosas para produtos como soja, café, carne bovina e óleo de palma, demandando comprovação de que sua produção não esteja associada a práticas de desmatamento. A medida evidencia o caráter dinâmico e politicamente negociado da regulação ambiental europeia, marcada pela interação entre objetivos climáticos e interesses econômicos internos. Relevância para o CACD: O tema é particularmente relevante por articular comércio internacional e meio ambiente, eixo recorrente nas provas do CACD. A EUDR constitui exemplo paradigmático do chamado “protecionismo verde”, ao impor padrões ambientais que, embora justificados por objetivos legítimos de

sustentabilidade, podem gerar impactos diferenciados sobre países exportadores, como o Brasil. A flexibilização para determinados setores evidencia o papel do lobby doméstico europeu na formulação de políticas regulatórias, permitindo discutir a dimensão política da governança ambiental. Ademais, a exigência de rastreabilidade conecta-se a debates sobre cadeias produtivas globais, certificação e compliance ambiental, com implicações diretas para o agronegócio brasileiro, especialmente na pecuária. Por fim, o episódio ilustra tensões estruturais nas relações Brasil–União Europeia, envolvendo padrões regulatórios, competitividade e soberania produtiva, temas centrais para compreender a inserção internacional do Brasil no contexto da transição ecológica.

PAÍSES DO ORIENTE MÉDIO

5 – 6 abr

Ucrânia e Síria firmam cooperação em segurança. O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, realizou visita a Damasco, onde se reuniu com o presidente sírio Ahmed al-Sharaa, culminando no anúncio de ampliação da cooperação bilateral na área de segurança. O encontro sinaliza uma inflexão nas relações externas da Síria, que, após anos de isolamento decorrente da guerra civil, busca diversificar suas parcerias internacionais. Para Kiev, a iniciativa reflete a tentativa de expandir sua presença diplomática além do teatro europeu, projetando expertise acumulada no conflito com a Rússia, especialmente em áreas como defesa, inteligência e segurança. A aproximação também pode ser interpretada como parte de um rearranjo mais amplo de alianças no Oriente Médio, em um contexto de gradual reintegração síria ao sistema regional. **Relevância para o CACD:** O caso é relevante para analisar processos de **reconfiguração de alianças no pós-conflito sírio**, bem como a crescente diversificação de parcerias por parte de Damasco. Permite discutir a atuação de potências médias — como a Ucrânia — na projeção de influência fora de seu entorno imediato, utilizando cooperação em segurança como instrumento diplomático. Também oferece subsídios para compreender dinâmicas contemporâneas de circulação de expertise militar, internacionalização de conflitos e interseção entre agendas regionais e globais. Ademais, o episódio ilustra a flexibilização de alinhamentos tradicionais no Oriente Médio e a tendência de multipolarização das relações internacionais.

7 abr

Irã retalia contra instalação petroquímica na Arábia Saudita. Após ataques atribuídos a Israel contra uma instalação petroquímica em território iraniano, Teerã respondeu com uma ação retaliatória direcionada a uma estrutura petroquímica na Arábia Saudita, ampliando a dimensão regional do conflito. O episódio insere-se em um contexto de confrontos indiretos e crescentes entre Irã e Israel, frequentemente conduzidos por meio de ataques a infraestruturas estratégicas e operações fora do território nacional dos beligerantes. Ao atingir ativos sauditas — tradicional aliado dos Estados Unidos e rival histórico do Irã —, a retaliação iraniana sinaliza disposição de expandir o teatro de

operações e de pressionar adversários por meio de alvos econômicos sensíveis. A escalada elevou a percepção de risco nos mercados internacionais de energia, dado o papel central da região na produção e exportação de petróleo e derivados. **Relevância para o CACD:** O caso é particularmente útil para analisar a chamada **escalada horizontal dos conflitos**, isto é, a expansão geográfica e funcional das hostilidades para além dos atores diretamente envolvidos, atingindo terceiros países e setores estratégicos. Permite discutir a centralidade da infraestrutura energética como instrumento e alvo de poder, bem como a interconexão entre segurança e economia no Oriente Médio. Também ilumina a rivalidade entre Irã, Arábia Saudita e Israel, destacando dinâmicas de dissuasão, retaliação e guerra indireta. Ademais, oferece subsídios para compreender como choques regionais podem gerar impactos sistêmicos nos mercados globais de energia, influenciando preços, cadeias de suprimento e decisões de política externa de grandes potências.

7 abr

Turquia e Síria ampliam cooperação bancária. Turquia e Síria avançaram no processo de reaproximação bilateral ao intensificarem a cooperação entre seus bancos centrais e autoridades regulatórias do sistema financeiro. O movimento inclui discussões sobre mecanismos de integração bancária, facilitação de transações financeiras e eventual presença de instituições financeiras turcas no mercado sírio, ainda marcado pelos efeitos de mais de uma década de guerra civil e sanções internacionais. A iniciativa reflete uma mudança gradual na postura de Ancara em relação a Damasco, priorizando interesses econômicos e de estabilidade regional, sobretudo no contexto da reconstrução síria. A possível entrada de bancos turcos indica não apenas oportunidades de investimento, mas também a tentativa de moldar a arquitetura financeira do país vizinho em fase de recuperação. **Relevância para o CACD:** O caso ilustra com clareza processos de **normalização econômica pós-conflito**, nos quais instrumentos financeiros — como cooperação entre bancos centrais, regulação e expansão bancária — desempenham papel central na reconstrução estatal e na reinserção internacional de países afetados por guerras. Permite analisar o pragmatismo da política externa turca, que, mesmo após anos de antagonismo com o governo sírio, passa a privilegiar ganhos econômicos e estabilidade fronteiriça. Também evidencia o uso de mecanismos econômicos como forma de projeção de poder e influência regional, além de suscitar discussões sobre sanções, reconstrução, dependência financeira e competição entre atores externos pelo acesso ao mercado sírio.

8 abr

Irã ataca oleoduto saudita e tensiona cessar-fogo com EUA. O Irã realizou um ataque contra o oleoduto East-West da Arábia Saudita, infraestrutura estratégica que liga os campos petrolíferos do leste saudita ao Mar Vermelho, permitindo a exportação de petróleo sem a necessidade de trânsito pelo Estreito de Ormuz —

um dos principais chokepoints energéticos do mundo. O episódio ocorreu em um contexto de elevada tensão regional, marcado por confrontos indiretos envolvendo Irã, Israel e aliados dos EUA, e coincidiu com negociações em curso para um cessar-fogo entre Washington e Teerã, mediadas pelo Paquistão. O ataque evidenciou a capacidade iraniana de atingir alvos críticos fora de seu território e ampliou preocupações quanto à segurança das cadeias globais de energia, com potencial impacto imediato sobre preços internacionais do petróleo e percepção de risco geopolítico.

Relevância para o CACD: O caso é exemplar para compreender a interseção entre geopolítica e energia, evidenciando como infraestruturas estratégicas — como oleodutos e rotas alternativas ao Estreito de Ormuz — tornam-se alvos prioritários em cenários de conflito. Permite explorar a rivalidade estrutural entre Irã e Arábia Saudita, a lógica de guerras por procuração no Oriente Médio e o papel de atores externos, especialmente os EUA. Além disso, ilustra a centralidade dos chokepoints na segurança energética global e a tentativa de mitigação de riscos por meio de rotas alternativas. A mediação do Paquistão reforça a importância de atores intermediários em negociações de alta complexidade, enquanto o episódio como um todo demonstra como conflitos regionais podem gerar efeitos sistêmicos, influenciando mercados globais, estabilidade internacional e agendas de política externa.

16 abr

Israel e Líbano aceitam cessar-fogo de dez dias. Israel e Líbano chegaram a um acordo de cessar-fogo temporário, com mediação direta dos Estados Unidos, visando conter a escalada de confrontos na fronteira sul do território libanês, especialmente envolvendo o grupo xiita Hezbollah. O entendimento buscou interromper ataques transfronteiriços e evitar a ampliação do conflito paralelo à guerra em curso envolvendo Israel em outras frentes regionais. A trégua ocorre em um contexto de elevada volatilidade, no qual o Hezbollah atua como ator não estatal fortemente armado e alinhado ao Irã, desafiando tanto a segurança israelense quanto a soberania do Estado libanês. A mediação de Washington reflete o interesse dos EUA em evitar a regionalização plena do conflito e em preservar algum grau de estabilidade no Levante, ainda que por meio de acordos provisórios e frágeis. **Relevância para o CACD:** O caso é exemplar para a compreensão do **conflito árabe-israelense em sua dimensão contemporânea**, marcada pela atuação de atores não estatais e pela lógica de guerras por procuração. Permite analisar o papel do Hezbollah como extensão da influência iraniana no Líbano, bem como os desafios à soberania libanesa decorrentes da coexistência entre Estado e milícias armadas. Também evidencia os limites estruturais de cessar-fogos temporários em contextos de conflito assimétrico, nos quais não há solução política consolidada. A mediação dos Estados Unidos ilustra a persistência de seu papel como ator central na gestão de crises regionais, ao mesmo tempo em que revela as dificuldades de estabilização duradoura em um cenário de rivalidades geopolíticas interligadas.

24 – 26 abr

Chanceler iraniano vai ao Paquistão para discutir retomada de negociações. O chanceler iraniano Abbas Araqchi deslocou-se a Islamabad para participar de tratativas voltadas à retomada de negociações de paz com os Estados Unidos, em um contexto de elevada tensão regional envolvendo também Israel. A visita evidencia o papel do Paquistão como ator intermediário capaz de manter canais de diálogo com diferentes polos de poder, facilitando contatos indiretos entre partes em conflito. As discussões concentram-se na construção de condições mínimas para um cessar-fogo e na reabertura de vias diplomáticas, diante do risco de escalada militar mais ampla. A iniciativa reflete tanto a necessidade de descompressão das tensões quanto a persistência de mecanismos informais e indiretos de negociação em cenários nos quais o diálogo direto se encontra politicamente inviável. **Relevância para o CACD:** O episódio é particularmente útil para analisar a **diplomacia de mediação** em contextos de alta complexidade, destacando o papel de potências intermediárias — como o Paquistão — na facilitação de negociações entre adversários estratégicos. Permite explorar a lógica das negociações indiretas (backchannel diplomacy), frequentemente empregadas quando custos políticos impedem contatos formais. Além disso, oferece subsídios para compreender a dinâmica do conflito envolvendo Irã, Estados Unidos e Israel, bem como os esforços de gestão de crise voltados à contenção da escalada regional. Trata-se de exemplo concreto de como a diplomacia atua em paralelo ao uso da força, buscando preservar canais de comunicação mesmo em cenários de confrontação aguda.

28 abr

Líderes do Golfo reúnem-se na Arábia Saudita após ataques iranianos. O príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, presidiu em Jeddah uma reunião consultiva do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), com a participação de líderes das monarquias do Golfo, para coordenar uma resposta conjunta aos ataques atribuídos ao Irã contra infraestruturas civis e energéticas na região. O encontro teve como foco a avaliação de riscos à segurança regional, a proteção de ativos estratégicos — especialmente no setor de petróleo e gás — e a possibilidade de fortalecimento da cooperação em defesa e segurança entre os Estados-membros. A iniciativa reflete a crescente preocupação com a vulnerabilidade de instalações críticas e com a necessidade de respostas coordenadas diante de ameaças assimétricas, em um cenário de intensificação das tensões entre Teerã e seus rivais regionais. **Relevância para o CACD:** O caso é central para a análise de **mecanismos de segurança coletiva regional** no Oriente Médio, com destaque para o papel do CCG como fórum de coordenação político-militar entre as monarquias do Golfo. Permite explorar a rivalidade estrutural entre Irã e os Estados do Golfo, bem como as estratégias de contenção e dissuasão adotadas por esses países. Também evidencia a importância da proteção de infraestruturas energéticas como questão de segurança internacional, dada sua relevância para o mercado global de petróleo. Ademais, o episódio oferece subsídios para discutir os limites e potencialidades da cooperação regional em contextos de

	ameaça comum, incluindo desafios de coordenação, dependência de potências externas e assimetrias internas entre os membros do bloco.
29 abr	<i>Saída dos Emirados Árabes Unidos da OPEP aprofunda tensão com Arábia Saudita.</i> A decisão dos Emirados Árabes Unidos de se retirarem da OPEP e de seu arranjo ampliado (OPEP+) evidenciou o aprofundamento de divergências com a Arábia Saudita em múltiplas frentes. Para além de disputas sobre cotas de produção e estratégias de preços no mercado internacional de petróleo, o movimento reflete tensões mais amplas relacionadas à competição por liderança regional no Golfo, à condução de conflitos como os do Iêmen e do Sudão, e à rivalidade econômica entre Abu Dhabi e Riad na atração de investimentos e diversificação produtiva. A saída sinaliza uma reconfiguração das dinâmicas internas do cartel e levanta questionamentos sobre a coesão e a eficácia de mecanismos tradicionais de coordenação entre grandes produtores de petróleo. Relevância para o CACD: O caso é particularmente rico para a análise da geoeconomia do petróleo, evidenciando como decisões energéticas estão profundamente imbricadas com disputas políticas e estratégicas. Permite discutir a fragmentação do Golfo e a crescente competição intra-regional por protagonismo econômico e político, bem como os limites de coordenação dentro da OPEP/OPEP+. Também ilumina transformações na governança energética global, marcada por maior volatilidade, diversificação de estratégias nacionais e enfraquecimento relativo de instituições tradicionais. Ademais, oferece subsídios para compreender como rivalidades regionais podem impactar diretamente o equilíbrio do mercado internacional de energia e a estabilidade econômica global.

LUMEN
— EX STUDIO, LUX —